

CIBEC/INEP



B0010662

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Ensino de 2.^o Grau

BBE

FILOSOFIA

Parte Integrante do Projeto Diretrizes Gerais para o Ensino de 2.^o Grau
Núcleo Comum (Convênio MEC/PUC—SP — 1988)

MÁRIO SÉRGIO CORTELLA

Presidente da República Federativa do Brasil

José Sarney

Ministro da Educação

Carlos Sant'Anna

Secretário-Geral

Ubirajara Pereira de Brito

Secretário de Ensino de 2º Grau

João Ferreira Azevedo

Secretário Adjunto

Célio da Cunha

Coordenador de Articulação com Estados e Municípios

Nabiha Gebrim de Souza

F I L O S O F I A

A U T O R :

Mário sérgio cortella

F I L O S O F I A

Mario Sérgio Cortella

* <u>Apresentação</u> -----	p . 02
* <u>O Lugar da Filosofia no Núcleo Comum</u> -----	p. 06
. Filosofia: a optativa obrigatória ?	
. Filosofia: a busca do sentido	
. O lugar da Filosofia e sua contribuição	
. O ensino de Filosofia e os riscos da ideologização	
* <u>Um possível Programa: Justificativa</u> -----	p. 16
. As tendências descartadas	
. A tarefa atual do ensino de Filosofia	
* <u>Um possível Programa: Proposta</u> -----	p. 21
. Introdução	
• A organização dos conteúdos	
. O desenvolvimento dos conteúdos	
. A avaliação	
* <u>Um possível Programa: Detalhamento</u> -----	p. 29
. Programa	
. Unidade Temática I: <u>Mito e Razão</u> -----	p. 31
. Ementas	
. Textos	
.	Avaliação
. Unidade Temática II: <u>Razão e Verdade</u> -----	p. 44
. Ementas	
. Textos	
.	Avaliação
. Unidade Temática III: <u>Verdade e Poder</u> -----	p. 59
. Ementas	
. Textos	
.	Avaliação
. Bibliografia Específica -----	: ---p- 73
* <u>Bibliografia Geral</u> -----	p. 75

A P R E S E N T A Ç Ã O

" Porque esta obsessão que nos obriga a debruçar sobre escritos alheios e, durante semanas, meses, anos, articular palavra com palavra a fira de construir um edificio de pensamento, onde possamos caminhar como se cortássemos uma cidade estranha e familiar ? O que nos leva a gastar grande parte de nossas vidas junto a uma escrivantina, elaborando o nosso discurso por meio do discurso do outro ? O romancista emprega seu tempo para criar ura mundo imaginário; seus personagens adquirem independência a ponto de cobrar do autor o direito de ousarem viver seu drama ate o fim. Mas tudo isso sao fintas de escritor, que marca os personagens independentes com sua própria assinatura. O filosofo, entretanto, parece consumir filosofias alheias que, contudo, nao sao destruídas por esse consumo, já que por ele sobrevivem. Suporte do discurso alheio, o filosofo em presta sua voz fiel e deformante aos textos chamativos do passado, com o intuito de elaborar um novo discurso que foge de sua subjetividade para apresentar-se como um pensamento objetivo. Nesse exercício se dá" um jogo de distanciamento e de intimidade com o mundo. Os acontecimentos chegam ate nós filtrados peias diversas óticas armadas por discursos de terceiros.(...)

Neste sentido, nao se ensina filosofia, mas se alimenta o desabrochar de uma recusa secreta, uma necessidade de recuo, de encontrar um caminho produtivo para um estranhamento atávico. O ensino da filosofia vem conformar e socializar essa marginalidade, transpondo-a do real para o imaginário. Nao se trata apenas de familiarizar com uma linguagem cifrada que não resulta, ao contrário da simbologia científica, na transformação das coisas, numa tecnologia. Antes de tudo, cabe-lhe integrar o rebelde virtual numa comunidade de rebeldes imaginários que, de fato, trocam informações, competem entre si acirradamente, esgotando seu empuxo no enorme esforço de manter de pé essa sociabilidade fantástica ".

(GIANNOTTI, Filosofia Miúda, Por que filosofo?)

"... não se ensina filosofia, mas se alimenta o desabrochar de uma recusa secreta, uma necessidade de recuo, de encontrar um caminho produtivo para um estranhamento atávico".

J. A. Giannotti

Encontrar um caminho produtivo para um estranhamento atávico ! Esse mote é o que conduz nossa (dos professores de Filosofia) contínua perplexidade quando fazem referência à inutilidade do ensino filosófico ou, condescendentemente, aceitam nossa presença no meio de outros cientistas (veja-se que quase não choca mais quando nos consideramos cientistas...).

Alguma vez a Filosofia deixou de ser produtiva ? Quando deixou ela de colaborar no tecer coletivo da existência ? Haveria , de fato, um limite preciso a partir do qual se pudesse dizer: Aqui, a Filosofia nunca se intrometeu ! Nao; nos nos intrometemos em tudo, principalmente sem sermos chamados...

Assim, mais uma vez, lâ vamos nós atrás desse caminho , só que agora (de novo) dentro da grade curricular do Núcleo Comum do ensino de 29 Grau.

O assunto deste material é exatamente uma reflexão sobre as razões dessa nossa nova intromissão; mas, petulantemente, ele contem também uma proposta de como essa intromissão deve ser feita e quais as ferramentas a utilizar.

Nao vou descrevê-lo; basta, é claro, ler o índice. Lendo-o, vai-se notar que ele não contém nenhum item sobre "como introduzir a Filosofia em si **para** o aluno ". **Nao** contém mesmo. Isso é por

demais particular em cada professor; afinal, como dizer a alguém sobre como falar a respeito de sua paixão ? Nisso, vale a idiossincrasia e.

UBI VERITAS ?

mario sergio cortella
verão/88

O LUGAR DA FILOSOFIA NO NÚCLEO COMUM

"Será, então, fatal que não conheçamos outro uso da palavra que não seja o comentário ? Este último, na verdade, interroga o discurso sobre o que ele diz e quis; procura fazer surgir o duplo fundamento da palavra, onde ela se encontra em uma identidade consigo mesma que se supõe mais próxima de sua verdade: trata-se de, enunciando o que foi dito, redizer o que nunca foi pronunciado. Nesta atividade de comentário, que procura transformar um discurso condensado, antigo e como que silencioso a si mesmo, em outro mais loquaz, ao mesmo tempo mais arcaico e mais contemporâneo, oculta-se uma estranha atitude a respeito da linguagem: comentar e, por definição, admitir um excesso de significado sobre o significante, um resto necessariamente não formulado do pensamento que a linguagem deixou na sombra, resíduo que é sua própria essência, impelida para fora de seu segredo; mas comentar também supõe que este não-falado dorme na palavra e que, por uma superabundância própria do significante, pode-se, interrogando-o, fazer falar um conteúdo que não estava explicitamente significado.(...) Falar sobre o pensamento dos outros, procurar dizer o que eles disseram é", tradicionalmente, fazer uma análise do significado. Mas é necessário que as coisas ditas, por outros e em outros lugares, sejam exclusivamente tratadas segundo o jogo do significante e do significado ? Não seria possível fazer uma análise dos discursos que escapasse a fatalidade do comentário, sem supor algum ou excesso no que foi dito, mas apenas o fato de seu aparecimento histórico ? Seria preciso, então, tratar os fatos de discursos não como núcleos autônomos de significações múltiplas, mas como acontecimentos e segmentos funcionais formando, pouco a pouco, um sistema. O sentido de um enunciado não seria definido pelo tesouro de intenções que contivesse, revelando-o e reservando-o alternadamente, mas pela diferença que o articula com os outros enunciados reais e possíveis, que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo.

(FOUCAULT, O Nascimento da Clínica, Prefácio)

1, Filosofia: a optativa obrigatória ?

É muito interessante observar o quanto a Filosofia parece de uma certa ambigüidade quando se busca o sentido de sua inserção em uma grade curricular de 2º Grau.

Quase nenhum educador deixaria de incluí-la como necessária e quase nenhum ditador deixaria de excluí-la como perigosa, embora nem sempre se saiba bem o porque. Parece que é um ululante **obvio** que a Filosofia deva constar dos currículos, assim como desponta evidente a necessidade de retirá-la quando se deseja evitar a " subversão ".

De onde vem esse misterioso encanto ou essa fatal periculosidade ? Tributo ao passado (afinal, quem reinou durante séculos no Ocidente!) ? Respeito filial (ora, quem é Mae, agora velha, de todas as Ciências) ? Culpa inconsciente (pelo apego imediatista ao mundo pratico) ? Temor obsessivo (produzido as custas da aparente oposição entre obediência e reflexão) ?

É evidente que há muito disso tudo, mas há algo mais temeroso: supor que a Filosofia seja, em si mesma, necessária ou perigosa.

Se fizermos um levantamento de estereótipos, veremos que essa qualificação indevida deve-se a alguns **equivocos**:

a) A Filosofia ensina a pensar !

. **Ora**, pensar é um atributo evolutivo da espécie ; não pode ser ensinado e nem é preciso. Esta presente nesse equívoco a suposição de que o pensamento é uma capacidade exclusiva e privilegiada, nem sempre ao alcance de todos.

b) A Filosofia ensina o pensar questionador !

, A atitude de questionamento não é privativa da Filosofia; toda e qualquer Ciência a tem por base e é, inclusive, sua condição de existência. 0

questionamento é o propulsor do conhecimento por ser ele o instrumento de organização da procura de respostas as necessidades humanas. c) A Filosofia ensina o pensar questionador crítico ! Ao contrário; muitas vezes a Filosofia, na história, prestou-se ao dogmatismo, ao obscurantismo, ao conservadorismo. Alias, como qualquer outra Ciência.

Esses-equívocos manifestam muito menos uma crença na capacidade própria da Filosofia (o que, fragilmente, serviria para valorizá-la) e mais uma dificuldade em lidar com o pensamento crítico dentro da Escola.

Caricaturalmente, poderíamos imaginar: os alunos pre-sam estudar Filosofia (um pouco só, não é ?), senão ficam muito cientificistas, utilitaristas, consumistas, ortodoxos, especialistas, etc, etc, etc. Ou, ao contrario, os alunos nao precisam estudar Filosofia, senão ficam muito rebeldes, desadaptados, românticos, generalistas, sonhadores, etc, etc, etc.

A Filosofia serviria, em qualquer das formas, para uma atividade desejada ou rejeitada: " abrir as cabeças ".

Admirada veneração ! Sublime desprezo !

Mas, a Filosofia é necessária mesmo ?

2. Filosofia: a busca do sentido

É impossível dizer o que é a Filosofia pois isso exigiria a explicitação de uma essência idealista; dela, em geral, pde-se apenas perguntar: o que sendo a Filosofia ?

Para compreender a Filosofia é preciso sempre captar qual o seu desenvolvimento histórico no Ocidente; ela já foi, na origem grega, A Ciência (única, pois todas " eram " ela); já foi mera ferramenta auxiliar e mundana da Teologia no mundo ..medieval europeu; já foi um pensar sobre o próprio pensamento a partir do

Renascimento e, desde lá (como diz Bertrand RUSSEL) veio-se fazendo era " ciência dos resíduos ", isto é, mal um conhecimento adquire alguma objetividade e precisão, perde o nome de Filosofia e passa a ser uma ciência particular. O que sobra, e do qual ainda não se da conta, continua sendo Filosofia.

A Filosofia vem sendo essas e muitas outras coisas , mas ha algo que tem permanecido historicamente, a despeito dessas constantes modificações : a Filosofia como busca do sentido (em dupla acepção: significado e direção)

Um vôo sobre a historia do pensamento ocidental, mesmo rasante, permite captar uma constante nas reflexões filosóficas: a busca dos **porquês** e dos **para onde**. Quase sempre, as outras formas de conhecimento que não recebem o nome de Filosofia, tem-se dirigido à busca dos **cornos** e quandos.

Por isso ela é necessária. Por lidar com uma das faces do conhecimento e da existência humana; nem a melhor nem a mais importante, apenas uma delas.

A Filosofia confunde-se com a Historia da Filosofia e exatamente porque e nela que se expressa a forma como alguns homens, em determinadas épocas e movidos por interesses específicos, responderam aos porquês e para onde ! E e por isso, também, que ela " foi " critica/dogmática, conservadora/revolucionaria, etc.

A sua necessidade manifesta-se na contínua e .processual colocação da pergunta pelo sentido das Coisas, do Mundo, do Ho-mem, e do Conhecimento.

3. O lugar da Filosofia e sua contribuição

A pergunta pelo sentido tem um significado especial para o aluno de 2º Grau pois é nesse momento de escolarização que e-le entra em contato mais estreito com um conjunto de conhecimentos científicos que serão definitórios na sua atuação como cidadão e

to momentâneo de uma possível transição para o 3º Grau (apesai de toda a estrutura do sistema educacional caracterizar o 2º Grau como uma espécie de " purgatório " em direção ao " céu " universitário). É no 2º Grau que sedimentam-se, malgrado o sistema ou a dis posição pessoal, a própria relação com o conhecimento científico , seja em função da idade do aluno (absorvido, na nossa organização social, pelos " ritos de passagem " dirigidos, ao mundo adulto e *' produtivo "), seja em função da própria grade curricular que fa vorece a distinção entre " conhecimentos produtivos " e " conhecimentos acessórios ".

Ora, o conhecimento tem uma especificidade inerente que o liga à História na sua estrutura e conjunturas e que é, em cada época, manifestado em seu sentido de diferentes maneiras pela Filosofia.

A quase totalidade de nossos alunos (e da população) esta estigmatizada, involuntariamente, por uma compreensão do real "como um produto acabado, finito; também a compreensão do produto científico (da teoria, principalmente) fica reclusa dentro de um determinismo histórico bastante fixista ou, quando muito, de " ins pirações individuais " dos cientistas e pensadores famosos. Por nao vislumbrar o aspecto processual do passado, nao consegue perceber a continuidade disso e, conseqüentemente, a idéia de transformação da realidade ou de elaboração de conhecimentos, adquire um sentido quase mágico ou transcendental.

Por isso, um esforço que cabe ao ensino de Filosofia, no 2º Grau, é o de " relativizar " o peso dos" conhecimentos e as conquistas tecnológicas produzidas por outras ciências, nao como forma de desqualifica-las (o que seria abstruso) mas' como um rico veio para possibilitar a historicização da produção humana e diminuir a presunção aleatória contra os " incultos " e o passado. A grade curricular de 2º Grau esta, compreensivelmente, impregnada de conteúdos científicos a serem transmitidos sem que, necessariamente, desponte a pergunta pelo sentido deles. Tem faltado uma discussão que insira o caráter ideológico de cada uma

das disciplinas e sua contribuição na estrutura de manutenção das formas de dominação e desigualdade entre os homens, e das possibilidades de superação.

X Filosofia não cabe exercer um papel de guardião da liberdade e da igualdade e, em nome dessa guarda, policiar o trabalho desenvolvido pelas outras ciências.

A melhor contribuição que a Filosofia pode dar a compreensão do sentido ideológico (conservador e transformador) dos conhecimentos produzidos pela Humanidade na sua História, é apontar esse sentido dentro da própria Filosofia, retirando a aura de " inutilidade " ou " divindade " que ela carrega.

E fundamental que o ensino da Filosofia se faça presente em meio a outras formas de conhecimento e possa situar as teorias como representação de um tempo, um espaço, um interesse • é fundamental que a Filosofia não esconda sua origem histórica e nem assuma um caráter místico de condutora das verdades humanas.

4. O ensino de Filosofia e os riscos da ideologização

Sem dúvida alguma, pode-se atribuir à Filosofia um papel ideológico (embora não somente) e, portanto, atribuir ao professor de Filosofia uma função de agente desse papel.

Isso não é novidade; o histórico da estruturação ..do sistema escolar no Brasil está marcado por uma " prestação de serviço " 5 dominação social, mesmo nos momentos mais significativos, apesar de fugazes, de. algumas transformações sociais conjunturais.

Daí, ser urgente nos desfazermos de um ensino de Filosofia que, em nome da Verdade e da Neutralidade, recuse-se a indicar as condições de produção da reflexão filosófica na História e contente-se em fazer desfilar um rol de teorias que, pela sua forma de exposição e qualidade do conteúdo, conduzam uma ideologia fixista e conservadora.

Vale a pena, como um alerta contra um possível papel que o ensino de Filosofia pode assumir, pensarmos um pouco sobre a questão da ideologia.

No entender da filósofa brasileira Marilena CHAUI, a ideologia é

"um 'corpus' de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão O QUE se deve e COMO se deve pensar, agir e sentir. Por sua anterioridade, a ideologia predetermina e preforma os atos de pensar, agir e querer ou sentir, de sorte que os nega enquanto acontecimentos novos e temporais". (1)

Assim sendo, essa predeterminação ultrapassa o âmbito de sua origem e pretende atingir a sociedade como um todo, sendo condição básica para a manutenção do domínio social pois acaba "ci_ mentando" as relações sociais já existentes, dando a elas um caráter de fixidez aparente.

"O 'corpus' assim constituído tem a finalidade de produzir uma universalidade imaginária, pois, na realidade, apenas generaliza para toda a sociedade os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais. Assim, a produção desse universal visa não só o particular generalizado, mas sobretudo ocultar a própria origem desse particular, isto é, a divisão da sociedade em classes". (2)

Logicamente, não basta a simples imposição externa com o forma de aceitação desse 'corpus' pois, do contrário, seria necessário o uso constante da força para sua imposição.

"Como forma do exercício da dominação de classe, a eficácia da ideologia depende de sua capacidade para produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo auto-reconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. Portanto, a eficácia ideológica depende da interiorização do 'corpus' imaginário, de sua identificação como o próprio real e especialmente de sua capacidade para permanecer invisível. Pode-se dizer que uma ideologia é hegemônica quando não precisa mostrar-se, quando não necessita de signos visíveis para se impor, mas flui espontaneamente como verdade igualmente aceita por todos". (3)

(1) CHAUI, Marilena de Souza. " Ideologia e Educação .", Revista Educação e Sociedade, São Paulo, CEDES/Cortez, 5 : -4, Janeiro, 1980.

(2) idem, p. 24

(3) ibidem, p. 25

Também devem-se acrescentar as condições de continuidade de uma ideologia. Não é suficiente que ela se dissemine internamente e externamente pelo todo social se não produzir, ao mesmo tempo, estruturas mais objetivas de credibilidade, como por exemplo a :da Ciência meramente classista travestida de universalidade; é fundamental que a incorporação ideológica se revista de um poder de persuasão contido em sua própria expressão que a converta em "convencer-se" por absoluta exigência lógica.

"É nuclear, na ideologia, que ela possa representar o real e a prática social através de uma lógica coerente. A coerência é obtida graças a dois mecanismos: a lacuna e a eternidade. Isto é, por um lado a lógica ideológica é lacunar, ou seja, nela os encadeamentos se realizam não a despeito das lacunas e dos silêncios, mas graças a eles; por outro lado, sua coerência depende de sua capacidade para ocultar sua própria gênese, ou seja, deve aparecer como verdade já feita e já dada desde todo o sempre, como um 'fato natural' ou como 'algo eterno'." (1)

Poderia parecer que para desmascarar a ideologia, ou para evitá-la, bastaria ocupar os vazios que ela deixa e, assim, torná-la verdadeira e transparente. No entanto, sua lógica só pode ser enfrentada com uma outra lógica que consiga explodir suas lacunas.

"Como lógica da lacuna e do silêncio, a ideologia não se opõe a um discurso pleno que viria preencher os 'brancos' e tornar explícito tudo quanto ficara implícito. (...) Ora, não há qualquer possibilidade de tornar o discurso ideológico um discurso verdadeiro pelo preenchimento de seus brancos. Quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contradiscurso da ideologia, pois o silêncio, ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava. Não é, pois, a ampliação ou a plena explicitação das representações ideológicas que constituem uma crítica da ideologia transformada em ciência, mas a destruição das representações e das normas pela destruição de seus andaimes, isto é, as lacunas". (2)

Por isso, nossa insistência em um ensino de Filosofia que favoreça profundamente a demonstração das condições histórico/sociais da produção da reflexão filosófica, evitando a ocultação de

sua gênese e permitindo ao aluno de 2º Grau uma transferência desse conhecimento da " mecânica " de produção das teorias para as ou trás disciplinas científicas.

UM POSSÍVEL PROGRAMA : JUSTIFICATIVA

1. As tendências descartadas

Todos sabemos que ensino da disciplina Filosofia não **tem** sido uma constante nas grades curriculares das escolas públicas brasileiras, seja por injunções políticas específicas (retirada da violenta durante governos autoritários) , seja em função de re organização das grades visando atender interesses imediatistas da política econômica dos governos.

Uma rápida aproximação dos conteúdos que foram ensinados em Filosofia no 2º Grau durante este século permite, independentemente das oscilações e frequência da presença da disciplina , a percepção de duas tendências suplementares; uma clássica/tradicional e outra temática/vivencial – escusando-se aqui a aleatória categorização, pois são apenas " nomes " para delimitar uma análise.

A tendência clássica/tradicional vem sendo aquela que **mais** foi predominante até três décadas atrás e continua bastante a tiva nos programas e livros didáticos: é" o ensino da Filosofia a partir de sua clássica divisão em Lógica, Teoria do Conhecimento , Metafísica, Ética, Estética, Filosofia Política, Filosofia da Ciência e, claro, História da Filosofia. Essa tendência tem duas variantes básicas: ou se ensina cada área (ou algumas delas) autonomamente , lançando mão da História da Filosofia ou se ensina História da Filosofia e se aponta, em cada pensador, sua visão sobre as áreas. A escolha da profundidade na tratativa de qualquer uma das duas variantes apontadas depende, obviamente, do tempo disponível.

Em qualquer das variantes que compõem essa tendência, nota-se, entretanto, alguns senões : a) a possibilidade de, tornar-se uma programação maçante para o aluno pela infinidade de tópicos e autores a serem estudados; b) o risco de uma programação calcada na História da Filosofia unicamente, redundar em uma espécie de " cardápio " filosófico; c) um ensino nem sempre apoiado na relação entre teorias filosóficas e práticas sociais, resultando na ex-posição dilettante de uma " história " do pensamento em si mesmo.

Por outro lado, essa tendência dá margem ao surgimento de situações positivas: a) o aluno entra em contato diretamente com textos originais de muitos pensadores; b) seja por áreas , seja «o por Historia da Filosofia, o aluno tem acesso a uma base sólida para a compreensão de outras ciências; c) é um caminho que se choca com o pragmatismo imediatista que marca demais a escola.

Como alternativa aos senões dela oriundos, e como uma tentativa de aproximar-se mais do aluno no seu cotidiano, veio-se firmando, nas últimas décadas, a tendência temática/vivencial . Ela se caracteriza, principalmente, por buscar lidar com um conteúdo e com situações que partam dos interesses mais circunscritos à problemática específica do adolescente de 2º Grau, no seu dia a dia.

Também nessa tendência percebe-se a presença de duas variantes básicas: uma delas, carreia a " palavra" de pensadores, clássicos ou não, para auxiliar a discussão de temas atuais tais como Morte, Sexualidade, Sociedade Urbano/Industrial, Direitos Humanos , Ciência e Tecnologia, Religião, etc, em um esforço de atualização do discurso filosófico; a outra, elenca temas semelhantes, mas os discute a partir do senso comum dos alunos, usando ferramentas mais acessíveis como letras de música, poemas, cartoons , etc.

Ambas as variantes conseguem tornar a reflexão filosófica mais rica em cotidianidade para o aluno, mais " atraente " a sua discussão e,até, podem criar em alguns o " gosto " pela Filosofia e um posterior aprofundamento.

Entretanto, ambas também padecem situações desviantes no que se refere a produção histórica do conhecimento e a fundamentação teórica necessária à compreensão de outras ciências: o recurso a pensadores clássicos para tratar temas atuais pode deslocar o contexto de elaboração de suas teorias e análises, forçando uma aproximação desfocada e deformante; a utilização exclusiva dos referenciais espontâneos dos alunos cria eventualmente (em nome da reflexão e discussão) sessões completas de psicoterapia precária e, ate, uma mitificação da "achologia " que banaliza a importância, teórica e histórica, das teorias científicas e filosóficas.

2. A tarefa atual do ensino de Filosofia

Se o ensino de Filosofia cumpriu, no decorrer dos últimos anos, uma função quase sempre idealista ou apaziguadora das situações opressivas que a sociedade brasileira vivenciou (funcionando, em muitas escolas, como o " destampatório do discurso " reprimido), é* necessário, agora, pensar um programa que busque resgatar a positividade encontrada nas duas tendências descartadas.

Essa " síntese " não pode ser, evidentemente, uma somatória dos aspectos positivos de cada uma delas; temos que levar em conta o conjunto das propostas de reorganização da grade curricular do Núcleo Comum do ensino de 2º Grau, a fim de detectarmos a tarefa complementar à qual a Filosofia deva dedicar-se.

Cada vez mais a escola pública de 2º Grau dirige suas propostas de conteúdo em direção à busca de sua especificidade como fornecedora de sólida base científica e formação crítica de cidadania; as disciplinas que, tradicionalmente, eram consideradas _a miúdo como meras transmissoras de informações científicas passam a ter um papel mais esclarecedor na formação global do aluno. Percebe-se uma intenção explícita de muitos professores (das mais diferentes áreas) de transmutar suas disciplinas em conteúdos que, sem decurar da transmissão de teorias e análises, redundem em conhecimentos que possam ser apropriados pelo aluno de forma crítica e significativa.

As discussões sobre o cotidiano, a problematização da vida social, o recurso ao conhecimento que o aluno absorve no seu dia-a-dia, vem sendo pareados com a comunicação científica; ocupa-se um espaço que, contingencialmente, vinha pertencendo à Filosofia, Sociologia ou Psicologia.

Além do mais, a própria modernização da sociedade brasileira, com a conseqüente urbanização acelerada e acumulação de tensões sociais aflorantes, carrega uma carga de provocações cotidianas que trazem a tona (principalmente, por intermédio dos meios

de comunicação de massa) uma série infinda de debates, análises e motivações que antes encontravam na escola (e em uma ou outra disciplina) seu espaço de gestação.

Por isso, hoje cabe menos à Filosofia lidar com aqui-* lo que " faltava " na escola (e que está redistribuído pelo tecido social ou' por' outras disciplinas curriculares) e mais uma atenção especial à própria produção do conhecimento.

Partindo do suposto de que o papel da disciplina Filosofia no Núcleo Comum de 2º Grau é favorecer a compreensão do aluno sobre os " mecanismos " histórico/sociais que orientam a produção de teorias/filosofias, fica claro que há uma deliberada opção por um Programa de cunho histórico.

No entanto, essa opção por um ensino de Filosofia que tenha a História por pano de fundo não significa, de forma alguma, a proposição de um curso de História da Filosofia, tal como habitualmente pode ser feito.

O cerne de uma proposta assim é tomar a História estrutural das sociedades ocidentais como o " locus " privilegiado da captação dos múltiplos sentidos manifestados pela Filosofia, a partir de uma determinação: não é possível entender criticamente uma teoria, situação ou idéia se não a localizarmos no tempo e no espaço; é preciso saber-se quando e onde foi produzida.

Quando estudamos algo, podemos identificar melhor o porquê de sua origem se fizermos a sua " carteira de identidade ", com a sua filiação, local e data de nascimento. Uma idéia – uma teoria – expressa uma realidade concreta, seja para entendê-la e modificá-la, seja para descrevê-la e aceitá-la. Por isso, não basta saber o que disse alguém; para chegarmos ao por que disse, temos que explorar as circunstâncias do quando e onde disse.

Daí, a origem da proposta que apresentamos a seguir.

UM POSSÍVEL PROGRAMA : PROPOSTA

" Os filósofos nao brotara da terra como cogumelos , eles sao frutos de seu tempo, de seu povo, cujas forças mais sutis e mais ocultas se traduzem em idéias filosóficas. O mesmo espirito fabrica as teorias filosóficas na mente dos filósofos e constrói estradas de ferro com as mãos dos operários. A filosofia nao é exterior ao mundo ".

(K. MARX, Kolnische Zeitung, 1842)

Apesar de estarmos quase no final do século XX, o "consciente coletivo" do mundo ocidental parece estar ainda marcado pelo cientificismo preconceituoso do século passado; a literatura popular, o cinema, os programas de TV, os livros didáticos, continuam reforçando a obsessão evolucionista que vem garantindo um espaço crescente para a nostalgia de futuro (aquela saudade que bate, as vezes, do mundo que vamos ser um dia !).

Tal tipo de mentalidade dominante (e plenamente adequada aos interesses discricionários) apóia-se em três tipos de convicções/preconceitos: o passado é " sinônimo de atraso e ignorância condescendente, a " Verdade " e uma conquista inevitável da racionalidade progressiva e a Ciência e instrumento de redenção da humanidade em geral.

Perceba-se que nessas convicções nao há muito terreno para a relatividade histórica e nem para a compreensão das condições de produção dos conhecimentos; mais ainda, deixa-se entrever e " fatalidade " dos destinos coletivos serem conduzidos apenas e unicamente por aqueles homens que partilham do acesso exclusivo ao mundo do saber.

Uma programação de ensino de Filosofia que vise abalar minimamente essas certezas pode seguir muitos caminhos diferentes; desde a discussão desses preconceitos em si mesmos (como temas fechados) ate um trabalho de denuncia da Ciência, passando a-inda, pela desqualificação das conquistas da humanidade.

Em qualquer desses modos de produzir incômodos permanecera, no entanto, um perigo: elaborar um discurso panfletário e produtor de novos preconceitos, impregnado de simplificações e reducionismos, com um superdimensionamento da pratica vivencial e da nao-ciencia. Em suma: a substituição de preconceitos por outros.

Uma temática dessa importância merece um tratamento que, como dissemos no Item anterior, resgate as vantagens das duas tendências de ensino de Filosofia.

O tema da produção histórica dos conhecimentos é, em si, bastante próximo daquilo que se deseja ver discutido com alunos de 2º Grau; o modo de encaminhar essa discussão é que não pode deixar de funcionar, também, como uma contribuição adicional ao conjunto da formação científica no currículo.

2. A organização dos conteúdos

A idéia-chave é desenvolver uma programação que discuta essa temática a partir de sua organização no entrelaçamento sequencial de três pares de relações: MITO e RAZÃO, RAZÃO e VERDADE, VERDADE e PODER. Essa discussão se daria no interior de uma tratativa histórico/cronológica como forma de facilitar seu acompanhamento pelos alunos.

Cada um desses pares formaria uma Unidade Temática a ser desenvolvida autonomamente com uma central observação: não se rá o estudo e discussão dos termos envolvidos nas relações (Mito, Razão, Verdade e Poder) em si mesmos mas uma análise da RELAÇÃO , entre eles, tipificada no processo histórico ocidental.

Por exemplo: na Unidade Temática Mito e Razão não se buscará estabelecer distinções entre os termos, caracterização das diferenças entre o mítico e o racional, identificação dos momentos históricos nos quais se teria dado a passagem de um a outro, etc; essas diferenciações são historicamente relativas e é isso que se procurará demonstrar, possibilitando a percepção de que teorias aparentemente " míticas " comportam uma racionalidade que deve ser escavada no contexto histórico de sua produção. Em outras palavras, o objetivo é apontar, partindo de exemplos tópicos na historia, que o encerramento de algumas teorias ou idéias dentro de categorias e^

tanques (tais como mítica, anacrônica, religiosa, fantasiosa, etc.) só é possível quando se lança um olhar preconceituoso que desconhece as raízes de sua gênese.

Outro exemplo: na Unidade Temática Razão e Verdade a proposta não é expor conteúdos estritos da Lógica ou da Teoria do Conhecimento mas, novamente, trazer à tona alguns exemplos de interpretações sobre essa relação que ficam mais assimiláveis quando são remetidos a sua determinação histórica; também aqui o objetivo é evitar a absolutização de conceitos ou termos, evidenciando que, entre outras coisas, Razão e/ou Verdade nao são descobertas progressivas mas construções temporais, cultural e socialmente geradas.

Por fim, ver-se-á que na Unidade Temática Verdade e Poder, a discussão não girará em torno da questão específica da Ideologia nem sobre o papel imediato da Ciência e da Filosofia* nas sociedades; o fruto da análise é estudar isso tangencialmente. Toda a Unidade visa expor algumas teorias filosóficas (com conteúdos diversos) na sua relação com o poder no momento de sua produção, seja indo ao encontro dele, seja indo de encontro a ele. Dizendo de outra forma: mostrar aos alunos que a " verdade " não depende exclusivamente de uma " lógica racional " para ser enunciada ou aceita ; a sua ligação ou afastamento do poder político/econômico/social e uma condição determinante de sua " vitória ".

Em cada uma das Unidades Temáticas há a escolha de 05 fragmentos de textos de pensadores (textos originais e não de comentaristas, colocando o aluno em contato com discursos de outras épocas), textos esses que servem para discutir o tema da unidade e não, obviamente, o pensador em si (o que seria por demais presumido e inviável). Cada um desses fragmentos funcionará como provocação (ou pretexto), sem perder de vista a insuficiência que um trecho de obra sempre carrega mas destacando sua suficiência para os propósitos de uma programação que tem seus limites evidentes -de carga horária na grade curricular e de precariedade na fundamentação anterior dos alunos.

Como se notará, a seleção de cada uma das cinco fragmentos em cada uma das três unidades temáticas obedeceu a um critério, anteriormente citado, de sequência cronológica. Procurou-se, sempre que possível, seguir a divisão clássica da História Ocidental (Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea)

Uma coisa muito importante: a seleção de cada pensador e do respectivo fragmento provocador não estabelece uma ordenação e opção fechada. Estamos apresentando uma proposta de organização que pode (e deve) ser alterada por cada professor de acordo com seus critérios próprios (p. ex., interesse dos alunos, facilidade em lidar com alguns pensadores e não com outros, integração circunstancial com outras disciplinas, levantamento de alternativas mais adequadas que tenham escapado ao proponente, etc.).

No nosso entender, ficando clara a intenção maior de uma proposta desta natureza e utilizando-se o seu "modus operandi", tal como esta ou reelaborado, despontam vantagens pedagógicas das quais cada professor poderá lançar mão a partir de sua prática docente .

3. O desenvolvimento dos conteúdos

Um curso de Filosofia no 2º Grau, levando em conta todos os condicionantes que o cercam (número restrito de aulas, falta de tempo e/ou habilidade de leitura de textos por parte dos alunos, número de paradas que a escola tem em função de situações típicas acidentais ou planejadas, distanciamento entre uma aula e outra da disciplina ou até sua fragmentação exagerada), necessita utilizar-se de uma " mecânica " de funcionamento que restrinja ao inevitável seus " atrapalhadores ".

Por isso, estamos sugerindo que o professor balize seu trabalho no desenvolvimento do curso por um princípio orientador :

fazer de cada Unidade Temática uma unidade que se complete, sem uma preocupação desmesurada em " cumprir " um programa; a realização ou atingimento do objetivo principal já apontado pode ser obtido pelo processamento pleno de qualquer uma das unidades, demore-se o tempo que for preciso. Seguindo-se a seqüência temática proposta (ou deslocando-a em outro arranjo), e possível tratar cada unidade de modos variados (qualitativa e quantitativamente); nenhuma delas será considerada interrompida (se não " der tempo ") se o professor fizer modificações no seu decorrer que lhes dêem alguma consistência no conjunto.

Uma forma que pode diminuir bastante os citados atrapalhadores é "tratar cada Unidade Temática (e os seus itens/provocações internos) de um modo semelhante para o desenvolvimento das aulas; por exemplo, fazer uma introdução ao contexto histórico que envolve o fragmento a ser estudado, expor sinteticamente sobre as ligações histórico/teóricas do pensador que o produziu, coordenar uma leitura comentada do fragmento com os alunos, elaborar uma síntese que o articule com o tema da unidade.

É evidente que cada professor rearranja tudo isso da forma que mais lhe convenha; pode ser que seja mais dinâmico, em algumas situações, solicitar aos alunos que realizem breve pesquisa e exponham certas partes; às vezes é melhor que eles leiam o texto em pequenos grupos e depois o professor comenta destaques; etc, etc.

De qualquer forma, algo é " imprescindível: que o professor não deixe de dirigir as atividades e reforçar os conhecimentos, para que não se caia na eventual " achologia " que produz uma superficialidade indesejável.

4. A avaliação

Além de todas aquelas pequenas avaliações episódicas usadas por todos nós para facilitar o processo de ensino (participa-

ção, presença nas aulas, pequenos resumos ou relatórios, leitura de textos, breves exposições, etc)', achamos fundamental que o professor e os alunos tenham algumas oportunidades mais específicas para uma percepção do grau de apropriação do processo ensino/aprendizagem. Essas oportunidades podem constituir-se em provas (não tenhamos medo das palavras !) ao final das Unidades ou de parte delas.

Uma prova, quando bem elaborada, configura uma situação privilegiada para reorientação de alunos e professores; no entanto, muito desse privilégio tem sido desperdiçado quando o professor aplica uma prova que visa captar o que os alunos nao sabem, favorecendo uma má compreensão do que seja a apropriação do conhecimento. Os alunos não tem " tendência natural " à " cola "; nos professores e que os induzimos a isso ao criarmos provas que dão ênfase na recurso a memorização.

Em uma prova de Filosofia, importa muito pouco que o aluno saiba o que " disse alguém sobre tal coisa " ; o que importa , de fato, é que ele saiba utilizar a compreensão que teve para aplicá-la em outras análises. Evidentemente, nao é possível apropriar -se adequadamente de um conteúdo sem que este fique bem compreendido; porém, o professor pode perceber o grau dessa compreensão e sua capacidade de transferi-la sem que constranja o aluno a decorar conteúdos .

Por isso, consideramos muito acessório que uma prova se_ ja feita sem consulta alguma ao material disponível ao aluno; se o professor produz um enunciado que vise investigar a apropriação (o tornar próprio) dos conteúdos estudados, nao pode, é claro, levantar questões ou temas cuja resposta encontre-se imediatamente no material de consulta. Possibilitar a consulta permite ao aluno lidar mais inteligentemente com o enunciado proposto, fazendo do material consultado uma ferramenta auxiliar do seu raciocínio.

Ao final de cada uma das Unidades Temáticas que compõem nossa proposta (e que serão agora especificadas) apresentaremos uma sugestão do tipo de enunciado de avaliação que adotamos.

UM POSSÍVEL PROGRAMA : DETALHAMENTO

P R O G R A M A

MITO E RAZÃO

- . PLATÃO, Protágoras, 320c-322d
- . AGOSTINHO, De Civ. Dei, XIX, 17
- . DESCARTES, Discurso do Método, IV-
- . LOCKE, Segundo Tratado sobre o Governo, VII
- . BARTHES, Mitologias, " A Clarividente "

RAZÃO E VERDADE

- . PLATÃO, República, VII
- . TOMAS DE AQUINO, Questões discutidas sobre a Verdade, IV^o, TI
- . BACON, Novum Organon, Livro I, I-XII
- . KANT, Crítica da Razão Pura, Introdução, I
- . JAPIASSU, O Mito da Neutralidade Científica, Introdução

VERDADE E PODER

- . ARISTÓTELES, Política, Livro I, cap. II
- . GIORDANO BRUNO, Sobre o Infinito. . . , Preâmbulo e Diálogo III
- . COMTE, Discurso sobre o Espírito Positivo, 2^a Parte, X
- . BAKUNIN, Deus e o Estado, " O que é autoridade "
- . VIEIRA PINTO, Ciência e Existência, Cap. XIII

Unidade Temática I : Mito e Razão .

Ementas . Textos .

Avaliação

UNIDADE TEMÁTICA I : Mito e Razão

- . Provocação 1 : fragmento de texto do pensador grego dos séculos.V e IV.aC, PLATÃO (427aC-347aC) que, no contexto da redefinição da **polis** grega em seus contornos de regime político discute a distribuição, pelos deuses- das virtudes de cidadania aos homens.

- Provação 2 : fragmento de texto do pensador cartaginês dos séculos IV e V, AGOSTINHO (354-430) que, no contexto do desmoronamento do Império Romano do Ocidente, aponta a forma de comportamento que os cristãos devem ter frente ao Estado e sua adesão e obediência a Igreja, representante de Deus neste mundo.

- Provocação 3 : fragmento de texto do pensador francês do século XVII, DESCARTES (1596-1650) que, no contexto das transformações político/econômico/culturais do Renascimento e seus desdobramentos, indica a dúvida metódica como caminho para se chegar a uma base só lida para a reconstrução da Filosofia e da Ciência.

- . Provocação 4 : fragmento de texto do pensador inglês dos séculos XVII e XVIII, LOCKE (1632-1704) que, no contexto das lutas políticas inglesas para implantação do ideário do Liberalismo, reforça a noção de formação do Estado Social como consequência da necessidade e liberdade oriundas do Estado Natural, a partir de uma análise da associação " homem/mulher.

- . Provocação 5 : fragmento de texto do pensador francês do século XX, BARTHES (1915-1980) que, no contexto das mudanças sociais e tecnológicas deste século, mostra como temos " mitos " contemporâneos, recorrendo na sua interpretação a problemática de um viés falso da emancipação feminina.

MITO E R A Z Ã O

Provocações

1. PLATÃO, Protágoras, 320c-322d
2. AGOSTINHO, De Civ. Dei, XIX, 17
3. DESCARTES, Discurso do Método, IV-
4. LOCKE, Segundo Tratado sobre o Governo, VII
5. BARTHES, Mitologias, " A Clarividente "

PLATÃO, Protágoras. 320c-322d

Era o tempo em que os deuses já existiam, todavia não existiam os mortais. Quando chegou o tempo que o Destino havia determinado para o nascimento desses, os deuses os modelaram nas entranhas da terra com uma mescla de terra, fogo e demais substancias que podem se combinar com o fogo e a terra. No momento de trazê-los a luz, os deuses indicaram Prometeu e Epimeteu para a distribuição, da forma mais conveniente, entre os mortais, das qualidades que teriam de possuir.

Epimeteu rogou a Prometeu que lhe permitisse o cuidado de fazer " por si mesmo a distribuição: *Quando estiver completa* — disse — *tu inspecionarás a minha obra*. Concedido o pedido, deu início à" tarefa,

Na distribuição, concedeu a alguns força sem a rapidez; aos mais débeis, a qualidade da rapidez; a uns armas; aos que por natureza estavam inermes, alguma outra qualidade que pudesse garantir sua salvação. Aos que eram de pequeno porte concedeu a capacidade de fuga, voando, ou mesmo a capacidade de viver sob a terra; aos de tamanho avantajado, munuiu-os segundo o próprio tamanho. Em síntese : manteve o equilíbrio entre todas as qualidades, tendo sempre presente, na diversidade dos inventos, que nenhuma raça viesse a se perder.

Após ter salvaguardado todas as espécies de maneira suficiente das destruições mutuas, ocupou-se de dar-lhes defesas contra as inclemências que procedem de Zeus, revestindo-os de espessos pelos e grossas peles, que serviriam de abrigo contra o frio, assim como contra o calor; e, ademais, quando fossem dormir, estavam providos de cobertura natural e adequada a cada vivente. Alguns calçou de cascos; outros de couros duros e carentes de sangue. Tão prontamente preocupou-se em dar a cada um o alimento apropriado: a alguns, os frutos das árvores; a outros, suas raízes; a alguns determinou como alimento a carne de outro. A esses deu uma posteridade pouco numerosa, e as suas vítimas, uma grande fecundidade como herança e salvação da espécie.

Ora, Epimeteu, de sabedoria imperfeita, havia dispensado, sem se dar conta disso, todas as qualidades em favor dos animais, ficando ainda para prover das suas a espécie humana. Estando diante dessa situação, eis que chega Prometeu para inspecionar o trabalho de Epimeteu. Vê que as demais raças estão harmoniosamente assistidas para viver, e o homem, ao contrário, desnudo, sem proteção, sem calçados, inerte. Além do mais, havia chegado o dia assinalado pelo Destino para que o homem sáísse da terra à luz.

Prometeu, diante dessa dificuldade, não sabendo que meio de salvação encontrar para o homem, decidiu-se por roubar a sabedoria artística de Hefestos e Atenas, e, ao mesmo tempo, o fogo — já que sem esse seria praticamente impossível que a sabedoria pudesse ser adquirida por alguém e que servisse para qualquer finalidade — ; tão logo assim procedeu, fez entrega dele para o homem.

Desta maneira, o homem recebeu em posse as artes úteis à vida. Todavia, faltou-lhe a política. Esta, em efeito, se encontrava em Zeus. Ora, Prometeu não tinha tido tempo de entrar na Acrópolis, a mansão de Zeus; ademais, às portas da mesma encontravam-se sentinelas muito temíveis. No entanto, pode entrar sem ser visto na morada em que Hefestos e Atenas praticavam juntos as artes que tanto amavam, de forma que, tendo roubado as artes do fogo que correspondem a Hefestos e as demais que são de patrimônio de Atenas, pode dá-las aos homens. Por essa razão e porque o homem está de posse de todos os recursos necessários à vida e, por isso, diz-se que Prometeu foi imediatamente acusado de furto.

O homem, ao participar do destino dos deuses, foi o primeiro e o único animal a honrar os deuses, e a se dedicar a construção de altares e imagens para as divindades; teve em seguida a arte de emitir sons e palavras articuladas; inventou as habitações, os vestidos, os calçados, os meios de abrigo e de produção dos alimentos que nascem da terra. Protegido dessa maneira para enfrentar a vida, o homem, em um primeiro momento, viveu disperso, sem que houvesse nenhuma cidade para habitar. Desta forma, pois, era destruído pelos animais que sempre e em todas as partes eram mais fortes que ele. Da mesma forma, a sua arte, eficaz para alimentá-lo, não o era diante de uma guerra contra os animais. A causa disso residia no fato de que os homens não possuíam a arte política, da qual a arte da guerra faz parte. Almejavam, pois, reunir-se e fundar suas cidades com o intuito de se defenderem. Todavia, uma vez reunidos, feriam-se mutuamente, por carecer da arte da política, de tal forma que recomeçavam a dispersar-se e a morrer.

Então Zeus, preocupado com a ameaça de desaparecimento da nossa espécie, designou Hermes para que ele trouxesse aos homens o pudor (*aidós*) e a justiça (*diké*), com o intuito de que nas cidades houvesse harmonia e laços criados de amizade.

Hermes, então, perguntou a Zeus de que maneira deveria dar aos homens o pudor e a justiça. Disse: *Haverei de distribuí-los como as demais artes? Estas se encontram distribuídas da seguinte forma: um único médico é suficiente para muitos leigos, e o mesmo ocorre com os demais artesãos. Será essa a maneira que haverei de seguir para que de fato a justiça e o pudor estejam entre os homens ou haverei de distribuí-los entre todos? Entre todos – disse Zeus – a fim de que cada um participe plenamente dessas virtudes; já que, se somente alguns as tivessem, as cidades não poderiam subsistir, pois aqui não ocorre como nas demais artes; além do mais, estabelecerás em meu nome esta lei, a saber: que todo homem incapaz de ter parte na justiça e no pudor deve ser condenado à morte como uma praga na cidade.*

(PLATON, *Oeuvres Completes*, Paris, Belle Lettre)

AGOSTINHO, Do Civ. Dei, XIX, 17

A família dos homens que não vivem da fé busca a paz terrena nos bens e comodidades desta vida. Por sua vez, a família dos homens que vivem da fé espera nos bens futuros e eternos, segundo a promessa. Usam dos bens terrenos e tempo rais como viajantes. Não os prendem nem desviam do caminho que leva a Deus, mas os sustentam a fim de que suportem com mais facilidade e não aumentem o fardo do corpo corruptível, que oprime a alma.

O uso dos bens necessários a esta vida mortal e, portanto, comum a ambas as classes de homens e a ambas as casas, mas no uso cada qual tem fim próprio e modo de pensar muito diverso do outro.

Assim, à cidade terrena, que não vive da fé, apetece também a paz, porém firma a concórdia entre os cidadãos que mandam e os que obedecem para haver, quanto aos interesses da vida mortal, certo concerto das vontades humanas. Mas, a cidade celeste, ou melhor, a parte que peregrina neste vale e vive da fé, usa dessa paz por necessidade, até passar a mortalidade, que precisa de tal paz. Por isso, é, enquanto esta como viajante cativa na cidade terrena, onde recebeu a promessa de sua redenção e, como penhor dela, o dom espiritual, não duvida em obedecer as leis regulamentadoras das coisas necessárias e do manutenção da vida mortal. Como a mortalidade lhes é comum, entre ambas as cidades há concórdia com relação a tais coisas.

Acontece, porém, que a cidade terrena teve certos sábios condenados pela doutrina de Deus, sábios que, por conjecturas ou por artifícios dos demônios, disseram que deviam amistar muitos deuses com as coisas humanas ... A cidade celeste, ao contrário, conhece um só Deus, único a quem se deve culto e servidão, em grego chamada latreia (adoração), e pensa com piedade fiel não ser devido senão a Deus.

Tais diferenças deram motivo a que essa cidade e a cidade terrena não possam ter em comum as leis religiosas. Por causas delas a cidade celeste se vê na precisão de dissentir da cidade terrestre, ser carga para os que tinham opinião contrária e suportar-lhes a cólera, o ódio e as violentas perseguições, a menos que algumas vezes refreie a animosidade dos inimigos com a multidão de fiéis e sempre com o auxílio de Deus.

Enquanto peregrina, a cidade celeste vai chamando cidadãos por todas as nações e formando de todas as línguas verdadeira cidade viajora. Não se preocupa com a diversidade de leis, de costumes, nem de instintos que destroem ou mantêm a paz terrena. Nada lhes suprime nem destrói, antes os conserva e aceita; esse conjunto, embora diverso nas diferentes nações, encaminha-se a um só e mesmo fim, a paz terrena — se não impede que a Religião ensine que deva ser adorado o Deus único,

verdadeiro e sumo.

Em sua viagem a cidade celeste usa também da paz terrena e das **coisas** necessárias relacionadas com a condição atual dos homens. Proteje e deseja o **acordo** de vontades entre os homens, quanto possível deixando **a** salvo a piedade e a **religião**, e ministra a **paz terrena à paz** celeste, verdadeira paz...

DESCARTES, Discurso do Método, IV^a

Nao sei se deva falar-vos das primeiras meditações que aí reali rei; pois sao tão metafísicas e tão pouco comuns, que nao serão, talvez, do gosto de todo mundo. E, todavia, a fim de que se possa julgar se os fundamentos que escolhi sao bastante firmes, vejo-me, de alguma forma, compelido a falar-vos delas. De ha muito observara que, quanto aos costumes, e necessário as vezes seguir opiniões, que sabemos serem muito incertas, tal como se fossem indubitáveis, como já foi dito acima; mas, por desejar então ocupar-me somente com a pesquisa da verdade, pensei que era necessário agir exatamente ao contrario, e rejeitar como absolutamente falso tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, após isso, não restaria algo em meu credito, que fosse inteiramente indubitável. Assim, porque OS nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que nao havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. E, porque ha homens que se equivocam ao raciocinar, mesmo no tocante às mais simples matérias de Geometria, e cometem aí para logismos, rejeitei como falsas, julgando que estava sujeito a falhar como qualquer outro, todas as razoes que eu tomara até então por demonstrações. E enfim, considerando que todos os mesmos pensamentos que temos quando despertos nos podem também ocorrer quando dormimos, sem que haja nenhum, nesse caso, que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que todas as coisas que até então haviam entrado no meu espírito, não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas, logo em seguida, adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava-

Depois, examinando com atenção o que eu era, e vendo que podia supor que não tinha corpo algum e que nao havia qualquer mundo, ou qualquer lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que nao existia; e que, ao contrario, pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas seguia-se mui evidente e mui certamente que eu existia; ao passo que, se apenas houvesse cessado de pensar, embora tudo o mais que alguma vez imaginara fosse verdadeiro, já nao teria qualquer razão de crer que eu tivesse existido; compreendi por aí que era tuna substancia cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, nao necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material. De sorte que osse eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, e inteiramente distinta do corpo o, mesmo, que é mais fácil de conhecer do que ele, .e, ainda que este nada ;,fosse, ola nao deixaria de ser tudo o que e.

(DESCARTES, Obra Escolhida, Sao Paulo, Difel.1962)

LOCKE, Segundo Tratado sobre o Governo, VII, 77-80

Tendo Deus feito o homem criatura tal que, conforme julgava, nao seria conveniente para o próprio homem ficar só, colocou-o sob fortes obrigações de necessidade, conveniência e inclinação para arrastá-lo à sociedade, provendo-o igualmente de entendimento e linguagem para que continuasse a gozá-la.(..,)

A sociedade conjugai forma-se mediante pacto voluntário entre homem e mulher; e embora consista principalmente na comunhão e direito ao corpo um de outro, como e necessário ao fira principal – a procriação –, traz, entretanto, consigo o sustento e a assistência mútuos – bem como comunhão de interesses, necessários nao so para unir-lhes o cuidado e o afeto, mas também em prol da progênie comum, que tem o direito de ser alimentada e mantida por eles ate ser capaz de prover às próprias necessidades.

Nao sendo o objetivo da união entre macho e fêmea simplesmente a procriação, mas a continuação da espécie, tal união deve durar, mesmo depois da procriação, tanto quanto necessário para alimentação e sustento dos filhos que tera de ser mantidos pelos que os geraram, ate que fiquem capazes de mover-se e prover as próprias necessidades. Verificamos que as criaturas inferiores obedecem fielmente a es_ta regra que o Autor infinitamente sábio formulou para as obras de suas mãos. Nos animais vivíparos que se alimentam de gramíneas, a união entre macho e fêmea nao du ra mais do que o próprio ato de cópula, porque, sendo o ubre da fêmea suficiente pa ra a alimentação da cria até que seja capaz de alimentar-se pastando, o macho soraen te procria, mas nao se preocupa com a fêmea ouja cria, para cujo sustento em nada pode contribuir. Mas nos animais de presa a união dura mais tempo porque a fêmea , não sendo capaz de sustentar bem a si e à numerosa progenie somente pelo que apresa, maneira mais trabalhosa e mais perigosa de viver do que alimentando-se de gramíneas, o auxilio do macho torna-se necessário para a manutenção da família comum, que nao pode subsistir até que se torne capaz de apresar para si. O mesmo se observa em todos os pássaros – exceto algumas aves domésticas, entre as quais o excesso de 'alimentos dispensa o macho de alimentar e cuidar da progênie –, cujos filhos precisando de alimento no ninho, o macho e a fêmea continuam companheiros ate que os filhos fiquem capazes de usar as próprias asas e prover as suas necessidades.

E nisto, penso eu, se encontra a principal razão, senão a única , de permanecerem o macho e a fêmea na raça humana mais tempo unidos do que outras criaturas, isto é, porque a fêmea é capaz de conceber e de fato fica de grávida e dá a luz a mais um filho muito antes que o primeiro se encontre livre de dependen - cia para sustento de parte dos pais e fique capaz de fazer por si, tendo todo o auxílio dos pais que lhe é devido: enquanto o pai, que tem a obrigação de zelar pelos

que procriou, fica sob a obrigação de continuar em sociedade conjugai com a mesma mulher por mais tempo que outras criaturas cujos filhos, sendo capazes de subsistir por si antes que de novo volte a época da procriação, o laço conjugai dissolve-se de per si ficando macho e fêmea em liberdade, até que volte novamente a época em que terão de escolher novos companheiros. No que nao se pode deixar de admirar a sabedoria *do* grande Criador, que, tendo dado ao homem provisão e capacidade de-guardar para o futuro, bem como de suprir a necessidade presente, tornou necessário fosse a sociedade de homem e mulher mais duradoura do que a de macho e fêmea entre outras criaturas, de sorte que assim se lhes estimulasse a industria e melhor se unisse o interesse de ambos no sentido de fazer provisão e acumular bens para a descendência comuto ,que ficaria grandemente perturbada pela combinação incerta ou por soluções fáceis e freqüentes da sociedade conjugai.

(LOCKE; " Os Pensadores ", Saci Paulo, Abril Cultural, 1983).

BARTHES, Mitologias, " A Clarividente "

O jornalismo está, atualmente, todo voltado para a tecnocracia, e a nossa imprensa semanal transformou-se no centro de uma verdadeira magistratura da Consciência e do Conselho, como na época áurea dos jesuítas. Trata-se de uma moral moderna, isto é, não emancipada mas garantida pela ciência, e para a qual a opinião do especialista é mais requerida do que a do sábio universal. Cada Órgão do corpo humano (visto que se deve partir do concreto) tem assim o seu " técnico ", que e, simultaneamente, papa e perito máximo: © dentista da Colgate para a beca, o médico de " responda-me, Doutor " para as hemorragias do nariz, os engenheiros do sabão Lux para a pele, um padre dominicano para a alma, e o correspondente sentimental dos jornais femininos para o coração.

O Coração é um órgão, fêmea. Para se lidar com ele e portanto exigida uma competência, na ordem moral, tão particular quanto a do ginecologista, na ordem fisiológica. A conselheira desempenha assim as suas funções, graças a soma dos seus conhecimentos em matéria de cardiologia moral; mas é-lhe necessário, também, um dom de caráter(...): é a aliança de uma experiência muito longa, implicando uma idade respeitável, e de uma juventude de Coração eterna, que define aqui o direito a ciência. A conselheira sentimental assemelha-se, assim, ao prestigioso tipo francês do " benfeitor severo ", dotado de uma sã franqueza (podendo mesmo chegar a rudeza), de uma grande vivacidade de réplica, de uma sensatez esclarecida mas confiante, e cuja sabedoria, real e modestamente escondida, é sempre sublimada pelo sésamo do contencioso moral burguês: o bom senso.

Naquilo que o Correio Sentimental concede em nos revelar, as consultantes são cuidadosamente despojadas de qualquer condição: assim como, sob o escalpelo do cirurgião, a origem social do paciente é generosamente colocada entre parentêses, assim sob o olhar da conselheira, a postulante é reduzida a um puro Órgão cardíaco. só sua qualidade de mulher a define: a condição social é tratada como uma realidade parasita inútil, que poderia perturbar o tratamento da pura essência feminina. Apenas os homens, raça exterior que constitui o " objeto " do Conselho, no sentido logístico do termo (aquilo de que se fala), têm o direito de ser sociais (é claro, visto que são rentáveis); pode-se portanto se lhes determinar um céu : de um modo geral, o do industrial bem sucedido.(...)

Neste mundo de essências, a própria mulher tem como essência o estar-ameaçada; por vezes pelos pais, mais frequentemente pelo homem; em qualquer dos casos, o casamento jurídico constitui a salvação, a solução da crise; que o homem

lidade - ; tão logo assim procedeu, fez entrega dele para o homem.

seja adúltero, ou sedutor (ameaça, alias, ambígua) ou refrataria, o casamento, como contrato social de apropriação, e a panacéia adequada, Mas a fixidez do objetivo exige, em caso de postergação ou de fracasso (e e por definição o momento em que o Correio intervém) comportamentos irrealis de compensação: todas as vacinas do Correio contra as agressões ou os abandonos do homem pretendem conseguir a sublimação da derrota, seja santificando-a sob a forma de sacrificio (calar-se, não pensar , ser boa, ter esperança), seja reivindicando-a a posteriori como pura libertação (permanecer calma, trabalhar, não fazer caso dos homens, procurar a solidariedade entre as mulheres).

Assim, sejam quais forem as contradições aparentes, a moral do Correio não postula jamais para a mulher uma outra condição que não seja a de parasita. Só o casamento, instituindo-a juridicamente, lhe confere uma existência. Reencontramos aqui, muito precisamente, a estrutura do gineceu, definido como uma liberdade cercada pelo olhar exterior do homem. O Correio Sentimental institui, mais solidamente do que nunca, a Mulher, como espécie zoológica particular, colônia de parasitas dispondo de movimentos interiores próprios, mas cuja fraca amplitude tende a restabelecer a fixidez do elemento tutor (o vir). Este parasitismo, preservado ao som dos clarins da Independência Feminina, tem como consequência natural uma total incapacidade para qualquer abertura sobre o mundo real: aparentando uma competência cujos limites seriam lealmente declarados, a Conselheira recusa-se sempre a tomar partido sobre os problemas que pareceriam exceder as funções próprias do Cora ção Feminino; a franqueza estaca pudicamente no limiar do racismo ou da religião; e isto porque, de fato, ela constitui uma vacina cuja utilização é bem precisa; o seu papel é colaborar na inoculação de uma moral conformista de sujeição. Na Conselheira concentra-se todo o potencial de emancipação da espécie feminina: através dela as mulheres são livres, por procuração. A liberdade aparente dos conselhos dispensa a liberdade real dos comportamentos: liberaliza-se um pouco a moral para que os dogmas constitutivos da sociedade resitam com mais segurança.

(BARTHES, Mitologias, São Paulo, Difel)

A V A L I A Ç Ã O

: Desenvolva uma dissertação, utilizando as discussões feitas na Unidade Mito e Razão que exemplifique o conteúdo da seguinte afirmação: A compreensão de teorias aparentemente míticas exige buscar sua racionalidade no contexto histórico que lhes dá sentido.

Unidade Temática II : Ração e Verdade

. Ementas . Textos .

Avaliação

UNIDADE TEMÁTICA II : Razão e Verdade

- . Provocação 1 : fragmento de texto do pensador grego dos séculos V e IV a.C, PLATÃO (427aC-347aC) que, no contexto da redefinição da polis grega em seus contornos de regime político, relata uma alegoria sobre a localização da verdade nas essências imateriais e re_jeita as aparências como fonte de conhecimento, ou seja, a verdade não está neste mundo material.
- . Provocação 2 : fragmento de texto do pensador italiano do século XIII, TOMAS DE AQUINO (1225-1274) que, no contexto das transformações da Baixa Idade Média, retoma uma conciliação entre Fé e Razão, aceitando a existência de verdades neste mundo material, atingidas pela inteligência humana mas criadas pela inteligência divina.
- . Provocação 3 : fragmento de texto do pensador inglês dos séculos XVI e XVII, BACON (1561-1626) que, no contexto das transformações político/econômico/culturais do Renascimento e seus desdobramentos, desenvolve um raciocínio contra a Ciência e a Filosofia anteriores, procurando estabelecer um novo método para encontrar a verdade na própria natureza.
- . Provocação 4 : fragmento de texto do pensador alemão dos séculos XVIII e XIX, KANT (1724-1804) que, no contexto das súbitas conquistas da Ciência e marcado pelas discussões que servirão de base ao Iluminismo, re-posiciona a problemática da crítica ao conhecimento e busca bases que garantam o atingimento de certeza na Filosofia a partir da crença de que o homem já nasce com "categorias a priori" de pensamento.
- , Provocação 5 : fragmento de texto do pensador brasileiro contemporâneo, Hilton JAPIASSU (1934- *) que, no contexto da extrema mitificação que a Ciência vem padecendo neste final de século XX, investe contra essa interpretação alienante que a ela atribui uma neutralidade e uma objetividade intrínsecas, vinculando-a aos sistemas de poder.

R A Z Ã O E V E R D A D E

Provocações

1. PLATÃO, República, VII
2. TOMAS DE AQUINO, Questões discutidas sobre a Verdade, IVº
3. BACON, Novum Organon, Livro I, I-XIII
4. KANT, Crítica da Razão Pura, Introdução, I
5. JAPIASSU, O Mito da Neutralidade Científica, Introdução

PIATÃO, república, VII

(é Sócrates quem fala)

* Imagina homens que vivem numa espécie de morada subterrânea, em forma de caverna, que possui uma entrada que se abre em toda a largura da caverna para a luz; no interior dessa morada eles estão, desde a infância, acorrentados pelas pernas e pelo pescoço, de modo a ficarem imobilizados no mesmo lugar, só vendo o que se passa na sua frente, incapazes, em virtude das cadeias, de virar a cabeça. Quanto à luz, ela lhes vem de um fogo aceso numa elevação ao longe, atrás deles. Ora, entre esse fogo e os prisioneiros, imagina um caminho elevado ao longo do qual se ergue um pequeno muro, semelhante ao tabique que os exibidores de fantoches colocam à sua frente e por cima dos quais exibem seus fantoches ao público.

— Estou vendo, disse.

— Figura, agora, ao longo desse pequeno muro e ultrapassando-o, homens que transportam objetos de todos os tipos como estatuetas de homens ou animais de pedra, de madeira, modeladas em todos os tipos de matéria; dentre esses condutores, naturalmente, existem aqueles que falam e aqueles que se calam.

— Fazes de tudo isso uma estranha descrição, disse, e teus prisioneiros são muito estranhos J

— É a nós que eles se assemelham, retruquei. Com efeito, podes crer que homens em sua situação tenham anteriormente visto" algo de si e dos outros, afora as sombras que o fogo projeta na parede situada à sua frente ?

— E como poderiam fazê-lo, observou, se estão condenados por toda a vida a ter a cabeça imobilizada ?

— E com relação aos objetos que passam ao longo do muro, não ocorre o mesmo ?

— Evidentemente !

— Se, portanto, conseguissem conversar entre si, não achas que tomariam por objetos reais as sombras que avistassem ?

— Forçosamente.

— E se, por outro lado, houvesse eco na prisão, proveniente da parede que lhes é fronteira, não achas que, cada vez que falasse um daqueles que passam ao longo do pequeno muro, eles poderiam julgar que os sons proviriam das sombras projetadas ?

— Não, por Zeus, disse ele.

— Portanto, prossegui, os homens que estão nesta condição só podem ter por verdadeiro as sombras projetadas pelos objetos fabricados.

— É inteiramente necessário.

- Considera agora o que-naturalmente lhes sobreviria se fossem libertos das cadeias e da ilusão em que se encontram. Se um desse homens fosse libertado e imediatamente forçado a se levantar, a voltar o pescoço, a caminhar, a olhar para a luz; ao fazer tudo isso ele sofreria e, em virtude do ofuscamento, não poderia distinguir os objetos cujas sombras visualizara até então. Que achas que ele responderia se lhe fosse dito que tudo quanto vira até então não passara de quimeras, mas que, presentemente, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, estaria vendo de maneira mais justa ? E se, ao se lhe designar cada um dos objetos que passam ao longo do muro, fosse forçado a responder as perguntas que se lhe fizesse sobre o que é" cada um deles, não achas que ele se perturbaria ? Não achas que ele consideraria mais verdadeiras as coisas que vira outrora do que aquelas que agora lhe eram designadas ?

- Sim, disse ele, muito mais verdadeiras !

- E se, por outro lado, ele fosse obrigado a fitar a própria luz, não achas que seus olhos se ressentiriam e que, voltando-lhe as costas, fugiria para junto daquelas coisas que é capaz de olhar e que lhes atribuiria uma realidade maior do que as outras que lhe são mostradas ?

- Exato, disse ele.

- Supõe, agora, prossegui, que ele fosse arrancado a força de sua caverna e compelido a escalar a rude e escarpada encosta e que não fosse solto antes de ser trazido até* a luz do sol; não achas que ele se afligiria e se irritaria, por ter sido arrastado dessa maneira ? E que, uma vez chegado à plena luz e completamente ofuscado, achas que poderia distinguir uma só das coisas que agora chamamos verdadeiras ?

- Não poderia fazê-lo, disse ele, pelo menos de imediato.

- Penso que teria necessidade de hábito para chegar a ver as coisas na região superior. De início, distinguiria as sombras mais facilmente, em seguida, a imagem dos homens e dos outros seres refletidos nas águas; mais tarde, distinguiria os próprios seres. A partir dessas experiências, poderia, durante a noite, contemplar os corpos celestes e o próprio céu, a luz dos astros e da lua, muito mais facilmente do que o sol e sua luz, durante o dia.

- Não poderia ser de outro modo.

- Penso que finalmente ele seria capaz de fitar o sol, não mais refletido na superfície da água, ou sua aparência num lugar em que não se encontra, mas o próprio sol no lugar que é o seu; em suma, viria a contemplá-lo tal como é.

- Necessariamente, disse ele.

- Após isso, raciocinando a respeito do sol, concluiria que ele produz as estações e os anos, que governa todas as coisas que existem em lugar visível e que num certo sentido, também é a causa de tudo o que ele e seus companheiros viam na caverna.

- É claro, disse ele, que chegaria a tal conclusão.

- Ora, nao achas que, ao se lembrar de sua primeira morada, da sabedoria que lâ se processa, e dos seus antigos companheiros de prisão, ele não se rejubilaria com a mudança e lastimaria estes últimos ?

- Sim, creio.

- E se eles, então, se concedessem honras e louvor . entre si, se outorgassem recompensas aquele que captasse com olhar mais vivo a passagem das sombras, que tivesse melhor memória das que costumavam vir em primeiro lugar ou em ultimo, ou concomitantemente, e que, por isso, fosse o mais capaz de fazer conjeturas, a partir dessas observações, sobre o que deveria acontecer, achas que esse homem li berto sentiria ciúmes dessas distinções e alimentaria inveja dos que, entre os prisioneiros, fossem honrados e poderosos ? Ou então, como o herói de Homero, nao preferiria muito mais " ser apenas um servente de charrua a serviço de um pobre lavrador ", e sofrer tudo no mundo a voltar a suas antigas ilusões, a pensar como pensava, a viver como vivia ?

- Como tu, acho que ele preferiria sofrer tudo a viver dessa maneira.

- Supõe que este homem retornasse a caverna e se sentasse em seu antigo lugar; nao teria ele os olhos cegados pelas trevas, ao vir subitamente do pleno sol ?

- Seguramente, disse ele.

- E se, para julgar essas sombras, tivesse de entrar de novo em competição com os prisioneiros que nao abandonaram as correntes, no momento em que ainda estivesse com a vista confusa e antes que se tivesse reacostumado, nao provocaria risos ? Nao diriam eles que sua ascensão lhe causara a ruína da vista e que, portanto, nao valeria a pena tentar subir até lâ ? E se alguém tentasse libertá-los e conduzi-los ate o alto, nao achas que se eles pudessem pegá-lo e matá-lo, não o fariam ?

- Incontestavelmente, disse ele.

- Essa imagem, caro Glauco, terá* de ser inteiramente aplicada ao que dissemos mais acima, comparando o que a vista nos revela com a morada da prisão e, por outro lado, a luz do fogo que ilumina o interior da prisão com a ação do sol; em seguida, se admitires que a ascensão para o alto e a contemplação do que lâ existe representam o caminho da alma era sua ascensão ao inteligível; nao te ...enganaras sobre o objeto de minha esperança, visto que tens vontade de te instruíres nesse assunto. E Deus sabe, sem dúvida, se ele é verdadeiro ! Eis, em todo caso, como a evidencia disto se me apresenta: na região do cognoscível, a idéia do Bem e a que se vê por último e a muito custo, mas que, uma vez contemplada, se apresenta ao raciocínio como sendo, em definitivo, a causa universal de toda a retidão e de toda a beleza; no mundo visível, ela e a geradora da luz e do soberano da luz, sendo ela propria soberana, no inteligível, dispensadora de verdade e inteligência; ao que eu acrescentaria ser necessário vê-la se se quer agir com sabedoria tanto na vida privada quanto na pública.

(HUISMAN & VERCEZ, Historia dos Filósofos..., RJ,Freitas Bastos; 1984)

TOMAS DE AQUINO, Questões discutidas sobre a Verdade , IVº, III

Conforme se evidencia do que precede, a verdade reside, em sentido próprio, na inteligência divina ou na humana, assim como a sanidade se encontra no ser vivente. Nas outras coisas a verdade se encontra pela relação que estas têm com o conhecimento, da mesma forma que a certas outras coisas atribuídos a sanidade, pelo fato de elas operarem ou receberem a sanidade.

Por conseguinte a verdade reside na inteligência de Deus em sentido próprio e primário, na inteligência humana em sentido próprio e secundário; nas coisas, a verdade se encontra em sentido impróprio e secundário, isto é", so com referencia a uma das duas verdades que acabamos de mencionar (a verdade existente na mente divina e a existente no intelecto humano).

A verdade do conhecimento divino é, portanto, uma só, derivando dela uma pluralidade de verdades para a inteligência humana, da mesma forma que de uma só face de homem deriva uma pluralidade de imagens no espelho (...).

Ao contrário da verdade divina, a verdade que reside nas coisas é múltipla, assim como é múltipla a essência das coisas. A verdade que se predica das coisas enquanto relacionadas com o intelecto humano é de certo modo accidental as coisas, visto que estas permaneceriam em sua essência, na hipótese de que a inteligência humana nao existisse nem pudesse existir. Ao contrario, a verdade que se predica das coisas enquanto relacionadas com a inteligência de Deus reside nelas indissoluvelmente, visto que nao podem subsistir a nao ser pela inteligência divina, que as produz e as mantera no ser. Consequentemente, a verdade reside nas coisas, antes pela sua relação com o intelecto divino do que pela sua relação com a inteligência humana, pois com respeito ao intelecto divino as coisas criadas sao efeitos, ao passo que cora respeito à inteligência humana sao causas, pois é delas que a inteligência humana haure o seu conhecimento.

Se, por conseguinte, por verdade no sentido próprio se entende aquela à luz da qual todas as outras coisas sao em sentido primário verdadeiras, conclui-se que todas as coisas que sao verdadeiras são-no em virtude de uma única verdade, que é a da inteligência de Deus. (...)

Ao contrario, se por verdade no sentido próprio se entende aquela em virtude da qual as coisas se denominam verdadeiras no sentido secundário, existe uma pluralidade de verdades, em correspondência a pluralidade de inteligências. Sc, porém, se considerar a verdade em sentido impróprio, verdade segundo a qual todas as coisas se denominam verdadeiras, neste caso existem muitas verdades, embora a Cí da coisa corresponda uma só verdade.

Todavia, as coisas se denominam verdadeiras segundo a verdade que **habita** na inteligência divina ou na humana (assim como um determinado alimento se **diz** saudável em força da sanidade contida no ser vivente, e nao em virtude de uma **forma** eventualmente inerente à ele). Toda coisa se denomina verdadeira segundo a **verdade** que reside na própria coisa (verdade esta que nao e outra coisa senão a essência, a qual concorda com a inteligência ou faz esta ultima concordar com ela) a **guisa** de uma forma inerente, da mesma maneira que ura alimento se denomina saudável em virtude de uma qualidade que lhe é própria e que precisamente faz com que o alimento se denomine saudável.

(SANTO TOMAS, " Os Pensadores ", SP, Abril Cultural,1973)

BACON, Novum Organum, Livro I, I-XII

O homem, ministro e interprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais.

Nem a mão nua nem o intelecto, deixados a si mesmos, logram muito. Todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto o intelecto quanto as mãos. Assim como os instrumentos mecânicos regulam e ampliam o movimento das mãos, os da mente aguçam o intelecto e o precavam.

Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, se não quando se lhe obedece. E o que a contemplação apresenta-se como causa é regra na prática.

No trabalho da natureza o homem não pode mais que unir e apartar os corpos. O restante realiza-o a própria natureza, em si mesma.

No desempenho de sua arte, costumam imiscuir-se na natureza o físico, o matemático, o médico, o alquimista e o mago. Todos eles, contudo – no presente estado das coisas –, fazem-no com escasso empenho e parco sucesso.

Seria algo insensato, em si mesmo contraditório, estimar poder ser realizado o que até aqui não se conseguiu fazer, salvo se se fizer uso de procedimentos ainda não tentados.

As criações da mente e das mãos parecem sobremodo numerosas, quando vistas nos livros e nos ofícios. Porém, toda essa variedade reside na eximia sutileza e no uso de um pequeno número de fatos já conhecidos e não no número dos axiomas.

Mesmo os resultados até agora alcançados devem-se muito mais ao acaso e a tentativas que à ciência. Com efeito, as ciências que ora possuímos nada mais são que combinações de descobertas anteriores. Não constituem novos métodos de descoberta nem esquemas para novas operações.

A verdadeira causa e raiz de todos os males que afetam as ciências é uma única: enquanto admiramos e exaltamos de modo falso os poderes da mente humana, não lhe buscamos auxílios adequados.

A natureza supera em muito, em complexidade, os sentidos e o intelecto. Todas aquelas belas meditações e especulações humanas, todas as controvérsias são coisas malsas. E ninguém disso se apercebe.

Tal como as ciências, de que ora dispomos, são inúteis para a invenção de novas obras, do mesmo modo, a nossa lógica atual é inútil para o incremento das ciências.

A lógica tal como hoje é usada mais vale para consolidar e perpetuar erros, fundados em noções vulgares, que para a investigação da verdade, de sorte que é mais danosa que útil.

(BACON, " Os Pensadores ", SP, Abril Cultural, 1973)

KANT, Crítica da Razão Pura, Introdução, I

Hão há dúvida da que todo o nosso conhecimento começa com a experiência; do contrario, por meio de que deveria o poder de conhecimento ser desperta do para o exercicio senão através de objetos que impressionam os nossos sentidos e em parte produzem por si próprios representações, em parte põem em movimento a atividade do nosso entendimento a fim de compará-las, conectá-las ou separa-las, e deste modo trabalhar a matéria bruta das impressões sensíveis com vistas a um conhecimento dos objetos que se chama experiência ? *Segundo o tempo*, portanto, nenhum conhecimento precede em nos a experiência, e todo o conhecimento começa com ela.

Mas, embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso se origina todo ele justamente da experiência. Pois bem poderia acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto do que recebemos por meio de impressões e do que o nosso próprio poder de conhecimento (apenas provocado por impressões sensíveis), fornece de si mesmo – cujo aditamento não distinguimos daquela matéria-prima –, até que um longo exercicio nos tenha chamado a atenção para ele e nos tenha tornado capazes de abstrai-lo.

E, portanto, uma questão que requer pelo menos uma investigação mais pormenorizada e não pode resolver-se a primeira vista, a saber, se existe um tal conhecimento independente da experiência e inclusive de todas as impressões dos sentidos. Tais conhecimentos denominam-se a priori e distinguem-se dos conhecimentos empíricos, que possuem as suas fontes a posteriori, ou seja, na experiência.

Todavia, aquela expressão não é ainda suficientemente determinada para designar de modo adequado o sentido completo da questão proposta. Com efeito, costuma-se dizer, a respeito de muito conhecimento derivado de fontes da experiência, que somos capazes ou participantes dele a priori, porque o derivamos não imediatamente da experiência, mas de uma regra geral, que não obstante tomamos emprestada da experiência. Assim, diz-se de alguém que solapou os fundamentos da sua casa: ele podia saber a priori que a casa desmoronaria, quer dizer, não precisava esperar pela experiência do seu desmoronamento efetivo. Ele não podia, contudo, saber-lo inteiramente a priori, pois o fato de os corpos serem pesados e de eles, portanto, caírem quando lhes são tirados os sustentáculos devia ser-lhe conhecido antes pela experiência.

Por conhecimentos a priori, entenderemos, portanto, no que se segue, não os que se realizam independentemente desta ou daquela experiência, mas absolutamente independentes de toda a experiência. Opõem-se a eles os conhecimentos empíricos ou aqueles que são possíveis apenas a posteriori, isto é, por meio da experiência. Dos conhecimentos a priori denominam-se, porém, puros aqueles aos quais não

se mescla nada de empirico. Assim é, por exemplo, a proposição: cada mudança tem **sua** causa; uma proposição a priori., porem nao pura, porque mudança é um conceito que só pode ser tirado da experiência.

(KANT, " Os Pensadores ", Sao Paulo, Abril Cultural.1973)

JAPIASSÜ, O Mito da Neutralidade Científica, Introd.

O que é a ciência ? A questão parece banal. As respostas, porém, são complexas e difíceis.

(...)

Uma coisa nos parece certa: não existe definição *objetiva* nem muito menos neutra, daquilo que é ou não a *ciência*. Esta tanto pode ser uma procura metódica do saber, quanto um modo de interpretar a realidade; tanto pode ser uma instituição, com seus grupos de pressão, seus preconceitos, suas recompensas oficiais, quanto um metier subordinado a instâncias administrativas, políticas ou ideológicas; tanto uma aventura intelectual conduzindo a um conhecimento teórico (pesquisa), quanto um saber realizado ou tecnicizado.

Se perguntarmos, por outro lado, sobre o modo de funcionamento da ciência, sobre seu papel social, sobre sua maneira de explicar os fenômenos e de compreender o homem no mundo, perceberemos facilmente que as condições reais em que são produzidos os conhecimentos objetivos e racionalizados, estão banhadas por uma inegável atmosfera sócio-político-cultural. É esse enquadramento sócio-histórico, fazendo da ciência um produto humano, nosso produto, que leva os conhecimentos objetivos a fazerem apelo, quer queiram quer não, a pressupostos teóricos, filosóficos, ideológicos ou axiológicos nem sempre explicitados. Em outros termos, não há ciência "pura", "autônoma" e "neutra", como se fosse possível gozar do privilégio de não-se-sabe-que "imaculada concepção". Espontaneamente, somos levados a crer que o cientista é um indivíduo cujo saber é inteiramente racional e objetivo, isento não somente das perturbações da subjetividade pessoal, mas também das influências sociais. Contudo, se o examinarmos em sua atividade real, em suas condições concretas de trabalho, constataremos que a "Razão" científica não é imutável. Ela muda. É histórica. Suas normas não têm garantia alguma de invariância. Tampouco foram ditadas por alguma divindade imune ao tempo e às injunções da mudança. Trata-se de normas historicamente condicionadas. Enquanto tais, evoluem e se alteram. Isso significa que, em matéria de ciência, não há objetividade absoluta. Também o cientista jamais pode dizer-se neutro, a não ser por ingenuidade ou por uma concepção mítica do que seja a ciência. A objetividade que podemos reconhecer-lhe, não pode ser concebida a partir do modelo de um conhecimento reflexo. A imagem do mundo que as ciências elaboram, de forma alguma pode ser confundida com uma espécie de instantâneo fotográfico da realidade tal como ela é percebida. De uma forma ou de outra, ela é

sempre uma interpretação. Se há objetividade na ciência, é no sentido em que o discurso científico não engaja, pelo menos diretamente, a situação existencial do cientista. A imagem que dele temos é a de um indivíduo ao abrigo das ideologias, dos desvios passionais e das tomadas de posição subjetivas ou valorativas. No entanto, trata-se apenas de uma *imagem*. Procuraremos descobrir o que se oculta por trás dela.

Não se pode ignorar que a ciência é ao mesmo tempo um *poder* material e "espiritual". Não é "essa procura desinteressada de uma verdade absoluta, racional e universal, independente do tempo e do espaço, que se distinguiria dos outros modos de conhecimento pela objetividade de seus teoremas, pela universalidade de suas leis e pela racionalidade de seus resultados experimentais, cuidadosamente estabelecidos e verificados, e, portanto, eficazes. A produção científica se faz numa sociedade determinada que condiciona seus objetivos, seus agentes e seu modo de funcionamento. É profundamente marcada pela cultura em que se insere. Carrega em si os traços da sociedade que a engendra, reflete suas contradições, tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações; Talvez não seja exagero dizermos que o "poder do conhecimento" está transformando-se rapidamente em "conhecimento do poder". Nesse sentido, a ciência contemporânea, herdeira experimental das religiões "alienantes", está impondo-se, através da "inteligência", da "racionalidade", da "objetividade" e das "técnicas" de seus especialistas, como uma espécie de compensação da "estupidez" humana. Ela "canta" em cifras e em cálculos a grandeza do gênero humano, como se pudesse representar o somatório organizado e racionalizado de nossas ignorâncias e alienações. Veremos como essa mentalidade conduz facilmente a mistificação.

(JAPIASSU, Hilton. O Mito da Neutralidade Científica, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975", pp. 9-12).

A V A L I A Ç Ã O

Sinteticamente, o que os autores estudados na Unidade Razão e Verdade " pensariam " desta frase :

" A verdade consiste na contemplação das idéias, eternas e universais, que constituem o verdadeiro ser das coisas. Ser verdadeiro que se contrapõe ao ser ilusório ou aparente das coisas sensíveis, contingentes e efêmeras, que nao sao propriamente,por que vem a ser e deixam de ser ".

Unidade Temática III: Verdade e Poder. Ementas .

Textos . Avali a ç a o

UNIDADE TEMÁTICA III : Verdade e Poder

- . Provocação 1 : fragmento de texto do pensador grego do século IV aC, ARISTÓTELES (384aC-322aC) que, no contexto do modo de produção escravista grego e em meio as inúmeras guerras de conquista de bens e escravos, situa a escravidão como natural , dizendo o mesmo da obediência da mulher. A despeito de sua imensa e inestimável contribuição ao pensamento filosófico, Aristóteles era um homem do seu tempo e de sua classe social e a ela representava.
- . Provocação 2 : fragmento de texto do pensador italiano do século XVI, GIORDANO BRUNO (1548-1600) que, no contexto do Renascimento e da Reforma Protestante, defende e divulga idéias contra a Ciência oficial e a Igreja Católica, sendo por isso executado na fogueira, junto com suas obras. As idéias defendidas por Bruno (motivo de sua condenação) serão, no fundamental, comprovadas logo a seguir pela Ciência e passarão a ser aceitas na nova estrutura social.
- . Provocação 3 : fragmento de texto do pensador francês do século XIX, COMTE (1798-1857) que, no contexto das mais inovadoras invenções da Revolução Industrial e em meio ao incentivo ao progresso capitalista, absorve a metodologia das ciências naturais (que estavam se consagrando) e as transfere para uma interpretação da vida social, apoiada na Ciência e dirigida pela relação Ordem e Progresso.
- . Provocação 4 : fragmento de texto do pensador russo do século XIX, BAKUNIN (1814-1876) que, no contexto da sedimentação do modo de produção capitalista com sua nova ordem, elabora uma teoria anarquista da vida social, absolutamente contrária a ordem existente ; tendo participado de inúmeras rebeliões, revoltas, movimentos populares por boa parte da Europa foi preso e exilado muitas vezes.
- . Provocação 5 : fragmento de texto do pensador brasileiro do século XX, Álvaro VIEIRA PINTO (1909-1987) que, no contexto brasileiro atual, fala sobre Ciência e

V E R D A D E E P O D E R

Provocações

1. ARISTÓTELES, Política, Livro I, Cap. II
2. GIORDANO BRUNO, Sobre o Infinito.., Preâmbulo e Diál.III°
3. COMTE, Discurso sobre o Espírito Positivo, 2- Parte, X
4. BAKUNIN, Deus e o Estado, " O que é autoridade "
5. VIEIRA PINTO, Ciência e Existência, Cap. XIII

ARISTÓTELES, Política, Livro I, cap. II

(...) Estas considerações evidenciam a natureza do escravo e sua função; ura ser humano pertencente por natureza nao a si mesmo, mas a outra pessoa, e por natureza um escravo; uma pessoa e um ser humano pertencente a outro se, sendo um ser humano, ele é um bem, e ura bem é um instrumento separavel de seu dono. Em se guida deveremos investigar se existe, ou nao, alguém que seja assim por natureza, e se toda escravidão é antinatural. Nao e dificil atinar teoricamente com a resposta ou aferir-lhe a certeza pelo que realmente acontece. Mandar e obedecer sao condições nao somente inevitáveis mas também convenientes. Alguns seres, com efeito, desde a hora de seu nascimento sao marcados para ser mandados ou para mandar, e há muitas espécies de mandantes e mandados (a autoridade é melhor quando é exercida sobre súditos melhores; por exemplo, mandar num ser humano e melhor que mandar num animal selvagem; a obra é melhor quando executada por auxiliares melhores, e onde um homem manda e outro obedece pode-se dizer que houve uma obra) , pois em todas as coisas compostas, onde uma pluralidade de partes, seja contínua ou descontínua, é combinada para constituir um todo único, sempre se vera alguém que manda e alguém que obedece, e esta peculiaridade dos seres vivos se acha presente neles como uma decorrência da natureza em seu todo, pois mesmo onde nao há vida existe ura principio dominante, como no caso da harmonia musical.

Mas estas considerações fogem as nossas indagações presentes.

Era primeiro lugar, um animal é constituído de alma e corpo, e destas partes a primeira é por natureza dominante e a segunda é dominada. Para descobrir o que é natural devemos conduzir as nossas investigações de preferencia para as coisas em seu estado natural, e nao para as deterioradas. Consequentemente, ao estudar o homem cumpre-nos considerar aquele que esta nas melhores condições possíveis de corpo e alma; nele aparecera claramente o principio por nos enunciado, pois naqueles que sao maus ou estão em más condições pode-se ser levado a pensar que o corpo muitas vezes comanda a alma por causa de suas condições deterioradas ou contra a natureza.

De conformidade com o que dissemos, e num ser vivo que se pode discernir a natureza do comando do senhor e do estadista: a alma domina o corpo com a prepotência de um senhor, e a inteligência domina os desejos com a autoridade de um estadista ou rei; estes exemplos evidenciam que para o corpo é natural e conveniente ser governado pela alma, e para a parte emocional ser governada pela inteligência - a parte dotada de razão, enquanto para as duas partes estar em igualdade ou em posições contrarias e nocivo em todos os casos.

As mesmas considerações se aplicam em relação ao homem: a natureza dos animais domésticos é superior a dos animais selvagens, e portanto para todos os primeiros é melhor ser dominados pelo homem, pois esta condição lhes dá segurança. Entre os sexos também, o macho e por natureza superior e a fêmea inferior; aquele domina e esta é dominada; o mesmo princípio se aplica necessariamente a todo o ^Inero humano; portanto, todos os homens que diferem entre si para pior no mesmo grau em que a alma difere do corpo e o ser humano difere de um animal inferior (e esta e a condição daqueles cuja função é usar o corpo e que nada melhor podem fazer), são naturalmente escravos, e para eles é melhor ser sujeitos a autoridade de um senhor, tanto quanto o e para os seres já mencionados. É" um escravo por natureza quem é susceptível de pertencer a outrem (e por isto e de outrem), e participa da razão somente até o ponto de apreender esta participação, mas não a usa além deste ponto (os outros animais não são capazes sequer desta apreensão, obedecendo somente a seus instintos).

Na verdade, a utilidade dos escravos pouco difere da dos animais; serviços corporais para atender as necessidades da vida são prestados por ambos, tanto pelos escravos quanto pelos animais domésticos. A intenção da natureza e fazer também os corpos dos homens livres e dos escravos diferentes – os últimos fortes para as atividades servis, os primeiros eretos, incapazes para tais trabalhos, mas aptos para a vida de cidadãos (esta se divide em ocupações militares e em ocupações pacíficas); embora aconteça freqüentemente o oposto– escravos tendo corpos de homens livres e este apenas a alma que lhes é própria, e evidente que se os homens livres nascessem tão diferentes de corpo quanto as estatuas dos deuses, todos diriam que os inferiores mereceriam ser escravos de tais homens; se isto é verdade em relação ao corpo, há razões ainda mais justas para a aplicação desta regra no caso da alma, mas não se vê a beleza da alma tão facilmente quanto a do corpo. É claro, portanto, que há casos de pessoas livres e escravas por natureza, e para estas últimas a escravidão é uma instituição conveniente e justa.

(ARISTÓTELES, Política, Brasília, Editora da UNB, 1985)

GIORDANO BRUNO, Sobre o Infinito..., Preâmbulo e Dialogo IIIº

Se eu, ilustríssimo Cavaleiro, manejasse um arado, apascentasse um rebanho, cultivasse uma horta, remendasse uma veste, ninguém me daria atenção, poucos me observariam, raras pessoas me censurariam e eu poderia facilmente agradar a todos. Mas, por ser eu delinador do campo da natureza, por estar preocupado com o alimento da alma, interessado pela cultura do espírito e dedicado a atividade do **intelecto**, eis que os visados me ameaçam, os observados me assaltam, os atingidos me mordem, os desmascarados me devoram. E não é só um, não são poucos, são muitos, são quase todos. Se quiserdes saber por que isto acontece, digo-vos que o motivo é que **tudo** me desagrada, detesto o vulgo, a multidão não me contenta. Somente uma : coisa me fascina: aquela em virtude da qual me sinto livre na sujeição, contente no sofrimento, rico na indigência e vivo na morte. Aquela em virtude da qual não invejo os **que** são servos na liberdade, sofrem no prazer, são pobres nas riquezas e mortos em **vida**, porque trazem no próprio corpo os grilhões que os prendem, no espírito o **inferno** que os oprime, na alma o erro que os debilita, na mente o letargo que os **mata**. Não há, por isso, magnanimidade que os liberte nem longanimidade que os eleve, nem esplendor que os abrilhante, nem ciência que os avive.

Dai sucede que não arredo o pé do árduo caminho, como se estivesse cansado. Nem, por indolência, cruzo os braços diante da obra que se me apresenta, Nem, qual desesperado, volto as costas ao inimigo que se me opõe. Nem, como desorientado, desvio os olhos do divino objeto. No entanto, sinto-me geralmente apontado como um sofista, que mais se preocupa em parecer sutil do que em ser verídico. Um ambicioso, que mais se esforça por suscitar nova e falsa seita do que consolidar a antiga e verdadeira. Um trapaceiro, que persegue avidamente o resplendor da glória, projetando as trevas dos erros. Um espírito inquieto que subverte os edifícios da boa disciplina, tornando-se maquinador de perversidades. Oxalá, Senhor, os santos numes afastem para bem longe de mim todos aqueles que injustamente me odeiam. Que **sempre** me seja propício o meu Deus. Oxalá me sejam favoráveis todos os governantes, do nosso mundo. Oxalá os astros me tratem como a semente o faz ao campo e o campo à semente, de forma que apareça ao mundo algum fruto útil e glorioso do meu trabalho, **por** despertar o espírito e abrir o sentimento aqueles que estão privados de luz. Pois em verdade, eu não me entrego a fantasias/e, se erro, não creio errar intencionalmente; falando e escrevendo, não disputo pelo simples amor da vitória era si mesma (porque eu considero inimigas de Deus, abjetas e sem motivo de honra todas as reputações e vitórias, quando não fundamentadas na verdade), mas por amor da verdadeira sabedoria e por dedicação à verdadeira contemplação eu me afadigo, me sacrifico,

me atormento. Eis o que irão comprovar os argumentos demonstrativos, baseados em raciocínios válidos que procedem de um juízo reto, informado por imagens não falsas, as quais, como verdadeiras embaixatrizes, desprendem-se das coisas da natureza e se tornam presentes aqueles que as procuram, patentes àqueles que as contemplam, claras para os que as assimilam, certas para todos aqueles que as compreendem. Eis, **pois**, que agora vos apresento a minha especulação acerca do infinito, do universo e **dos** mundos inumeráveis.

(...)

FILÓTEO – É, pois, um só o céu, um o espaço imenso, uma a abóbada, um o continente universal, uma a região etérea pela qual tudo passa e tudo se movimenta. Aí podem ser observados sensivelmente inúmeras estrelas, astros, globos, sois e terras e, com razão, chega-se a conjecturar que são infinitos. O universo imenso e infinito é o composto que resulta de tal espaço e de tantos corpos nele contidos.

ELPINO – Tanto que não existem esferas de superfície côncava e convexa, nem os diferentes orbes; mas tudo é um só campo, tudo é um receptáculo geral.

FILÓTEO – Exatamente.

ELPINO – O que levou, portanto, a imaginar os diversos céus foram os diversos movimentos astrais, porque se via um céu repleto de estrelas girar em volta da terra, sem que fosse possível, de modo algum, perceber uma daquelas luzes afastar-se da outra, mas, mantendo sempre a mesma distância e relação, juntamente com uma certa ordem, evoluírem em torno da terra a maneira de uma roda, em cujos **aros** estivessem pregados inúmeros espelhos, e que girasse em torno do próprio eixo.

Julga-se, então, muito evidente, devido ao sentido da vista, que aqueles corpos luminosos não possuem movimento próprio, pelo qual possam deslocar-se no ar, como as aves; mas, pela revolução dos mundos, em que estão fixos, revolução esta produzida pelo impulso divino de alguma inteligência.

FILÓTEO – Assim comumente se crê; mas esta fantasia – uma vez que **seja** compreendido o movimento deste mundo onde moramos, o qual, sem estar afixado em qualquer outro mundo, se movimenta através do espaçoso campo geral pelo princípio intrínseco, por sua alma e natureza próprias, gira ao redor do sol e se volta em torno do próprio centro – devera desaparecer: assim ficara livre o caminho da inteligência para os verdadeiros princípios da natureza e a passos largos poderemos percorrer o caminho da verdade. Verdade que, escondida sob os véus de tão sórdidas, e ignorantes fantasias, permaneceu até o presente oculta pela injúria do tempo e pelas vicissitudes das circunstâncias, depois que a luz dos antigos sábios sucedeu a treva dos temerários sofistas. (...)

ELPINO – Certamente, não há dúvida alguma de que todas aquelas fantasias sobre as estrelas, os lumes, os eixos, a derivação de um mundo do outro, os epiciclos, e muitas outras crenças, não se originam de algum outro princípio a não ser da pura imaginação, que nos dá a ilusão de ser a nossa terra o centro do universo, e que, estando só ela fixa e imóvel, tudo o mais se move ao redor dela.

(GIORDANO BRUNO, "Os Pensadores", SP, Abril Cultural, 1983)

COMTE, Discurso sobre o Espírito Positivo, 2— Parte, X

Conforme o sentimento, cada vez mais desenvolvido, de igual insuficiência social que hoje oferecem o espírito teológico e o espírito metafísico, os únicos até agora a disputar efetivamente um lugar ao sol, a razão pública deve encontrar-se implicitamente disposta a acolher atualmente o espírito positivo como a única base possível para uma verdadeira resolução da profunda anarquia intelectual e moral, que caracteriza sobremaneira a grande crise moderna. Mantendo-se ainda estranha a tais questões, a escola positivista gradualmente preparou-se para elas, constituindo, quanto possível, durante a luta revolucionária dos três últimos séculos, o verdadeiro estado normal de todas as classes mais simples de nossas esperanças reais. Ancorada por tais antecedentes científicos e lógicos, livre, aliás, das diversas aberrações contemporâneas, apresenta-se hoje adquirindo por fim a total generalidade filosófica que lhe faltava até aqui. Ousa então empreender, por sua vez, a solução ainda intata do grande problema, transportando convenientemente aos estudos finais a mesma regeneração que sucessivamente já operou no domínio dos diferentes estudos preliminares.

Não se pode primeiramente desconhecer a aptidão espontânea dessa filosofia a constituir diretamente a conciliação fundamental, ainda procurada de tantas maneiras, entre as exigências simultâneas da ordem e do progresso. Basta-lhe, para isso, estender até os fenômenos sociais uma tendência plenamente conforme a sua natureza e que se tornou agora muito familiar em todos os outros casos essenciais. Num assunto qualquer, o espírito positivo leva sempre a estabelecer exata harmonia elementar entre as idéias de existência e as idéias de movimento, donde resulta mais especialmente, no que respeita aos corpos vivos, a correlação permanente das idéias de organização com as idéias de vida e, em seguida, graças a uma última especialização peculiar ao organismo social, a solidariedade contínua das idéias de ordem com as idéias de progresso. Para a nova filosofia, a ordem constitui sem cessar a condição fundamental do progresso e, reciprocamente, o progresso vem a ser a meta necessária da ordem; como no mecanismo animal, o equilíbrio e a progressão são mutuamente indispensáveis, a título de fundamento ou destinação. Especialmente considerado, em seguida, no que respeita à ordem, o espírito positivo apresenta-lhe hoje, em sua extensão social, poderosas garantias diretas, não somente científicas mas também lógicas, que poderão logo ser julgadas muito superiores às suas pretensões duma teologia retrograda, que cada vez mais se degenera, desde vários séculos, num ativo cie-

mento de discórdias, individuais ou nacionais, incapaz, a partir de agora, de conter as divagações subversivas de seus próprios adeptos. Atacando a desordem atual em sua verdadeira fonte, necessariamente mental, constitui tão profundamente quanto possível, a harmonia lógica, regenerando, de início, os métodos, antes das doutrinas, por uma tripla conversão simultânea da natureza das questões dominantes, da maneira de tratá-las e das condições prévias de sua elaboração. Demonstra, com efeito, de uma parte, que as principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas sobretudo morais, de sorte que sua solução possível depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais do que das instituições, o que tende a extinguir uma atividade perturbadora, transformando a agitação política em movimento filosófico. Sob outro aspecto, considera sempre o estado presente como resultado necessário do conjunto da evolução anterior, de modo a fazer constantemente prevalecer a apreciação racional do passado no exame atual dos negócios humanos - o que logo afasta as tendências puramente críticas, incompatíveis com toda sã concepção histórica. Finalmente, em lugar de deixar a ciência social no vago e estéril isolamento em que a situam a teologia e a metafísica, vincula-a irrevogavelmente a todas as outras ciências fundamentais, que constituem gradualmente, para esse estudo final, vários preâmbulos indispensáveis, onde nossa inteligência adquire, ao mesmo tempo, os hábitos e as noções sem os quais não se pode abordar, de modo útil, as mais eminentes especulações positivas. Isto já institui uma verdadeira disciplina mental, apropriada a melhorar radicalmente essas discussões, de agora em diante racionalmente proibidas a uma multidão de entendimentos mal organizados ou mal preparados. Essas grandes garantias lógicas são, alias, logo em seguida plenamente confirmadas e desenvolvidas pela apreciação científica propriamente dita, que, diante dos fenômenos sociais e de todos os outros, sempre representa nossa ordem artificial como devendo consistir sobremaneira num simples prolongamento judicioso, primeiramente espontâneo, depois sistemático, da ordem natural resultante, em cada caso, do conjunto das leis reais, cuja ação efetiva é ordinariamente modificável por nossa sã intervenção, entre limites determinados, tanto mais afastados quantos os fenômenos sejam mais elevados.

(COMTE, " Os Pensadores ", SP, Abril Cultural, 1973)

BAKÚNIN, Deus e o Estado, " O que é autoridade "

(...) A liberdade do homem consiste, exatamente, no fato de que ele obedeça as leis naturais por ele próprio as tenha reconhecido como tal, não por que lhe tenham sido impostas por qualquer espécie de meios ou vontade extrínseca, seja ela divina ou humana, coletiva ou individual.

Imagine uma douda academia, integrada pelos mais ilustres representantes da ciência; imagine que esta academia tivesse sido encarregada de criar uma legislação para organizar a sociedade e que, inspirada pelo mais puro amor a verdade, tivesse escolhido apenas aquelas leis que estivessem em absoluta harmonia com as mais recentes descobertas da ciência. Pois bem, afirmo de minha parte, que tal legislação e tal organização seria uma monstruosidade e isto por duas razões: primeiro porque a ciência humana será sempre e necessariamente imperfeita e que, comparando o que já foi descoberto com o que ainda está por descobrir, podemos afirmar que ela ainda engatinha. De modo que, se tentássemos fazer com que a vida prática dos homens, tanto a coletiva quanto a individual, fosse vivida em rigorosa e exclusiva harmonia com os últimos dados fornecidos pela ciência, estaríamos condenando a sociedade e os indivíduos a sofrer um martírio num leito de espinhos, que não tardaria a sufocá-los, já que a vida será sempre algo infinitamente maior do que a ciência.

A segunda razão é esta: uma sociedade que obedecesse às leis dadas por uma academia científica não porque ela própria entendesse o caráter racional dessa legislação (caso em que a própria existência da academia seria desnecessária), mas porque essa legislação, partindo da academia, lhes era imposta em nome de uma ciência que ela respeitava sem, no entanto, entendê-la seria composta não por homens mas por selvagens. (...)

Um organismo científico ao qual tenha sido confiado o governo da sociedade logo acabaria por se dedicar não mais à ciência, mas a temas bem diferentes; e estes temas, como acontece com todos os poderes estabelecidos, estariam ligados à procura de uma fórmula capaz de garantir sua própria continuidade eterna no poder, o que poderia ser obtido se a sociedade confiada a seus cuidados se tornasse cada vez mais estúpida e, conseqüentemente, mais necessitada de seu governo e orientação. (...)

Deve-se entender então que eu rejeito toda a forma de autoridade? Longe de mim tal idéia ! Em matéria de sapatos, por exemplo, curvo-me diante da autoridade do sapateiro; tratando-se de casas, canais ou estradas de ferro, consulto o arquiteto e o engenheiro. Para adquirir tal ou qual conhecimento específico, procuro tal ou qual sábio, capaz de melhor transmiti-lo. Mal não permito que nem o sa-

pateiro, nem o arquiteto é nem o sábio imponham sua autoridade sobre mim. Ouço-os livremente e com o respeito que a sua inteligência e o seu caráter me merecem, reservando-me, no entanto, o direito incontestado de criticar e censurar o que disserem. Não me contento em consultar uma só autoridade: consulto varias, comparo as suas opiniões e escolho aquela que me parecer mais sensata. Mas não reconheço qualquer autoridade infalível, mesmo em determinados assuntos; consequentemente, seja qual for o respeito que eu possa ter pela honestidade e a sinceridade de tal ou qual individuo, ninguém merece a minha confiança absoluta. Tal confiança seria fatal para a minha razão, minha liberdade e mesmo para o sucesso dos meus empreendimentos: ela me transformaria imediatamente num escravo estúpido, num instrumento da vontade e do interesse de outros.

Se me inclino diante da autoridade dos especialistas e reconheço minha disposição para seguir, até certo ponto e por tanto tempo quanto me >parecer necessário, suas indicações e até mesmo suas ordens, é porque sua autoridade não me é imposta por quem quer que seja – nem pelos homens, nem por Deus. De outro modo eu a repeliria com horror e convidaria o diabo a aceitar seus conselhos, seus serviços e suas ordens – certo de que me faria pagar, com a perda da minha liberdade e do meu respeito próprio, por cada fragmento de verdade envolto numa multidão de mentiras que acaso me pudesse dar.

Inclino-me diante da autoridade de certos homens porque minha razão assim ordena que eu faça. Tenho plena consciência da minha incapacidade para apreender, em todas as suas minúcias, grandes áreas do conhecimento humano. Mesmo a maior das inteligências não teria condições de apreender o todo. Daí verdadeira necessidade de uma divisão na tarefa de abranger vários aspectos do conhecimento, relativos tanto à ciência quanto à indústria. Dar e receber – tal é a vida humana. Cada um de nós ordena e, por sua vez, recebe ordens. Não há, portanto, nenhuma autoridade que possa ser fixa e constante mas sim uma troca contínua, mútua, temporária e – acima de tudo – voluntária de autoridade e subordinação.

(WOODCOCK, George. Anarquistas, P.Alegre, L&PM, 1981, pp.286-289)

VIEIRA PINTO, Ciência e Existência, Cap. XIII

O país subdesenvolvido tem exigências científicas, especialmente no campo da pesquisa e da teorização, que só sua consciência autêntica será capaz de perceber, enunciar e satisfazer. Seus problemas não podem ser tratados pela ótica do país avançado, para o qual ou não existem ou, caso existam, estão sempre disponíveis os meios de resolvê-lo, que o outro não tem. A visão da realidade a partir das necessidades do país subdesenvolvido é insubstituível e só pode ser produzida pelos seus cientistas e pensadores. Claro está que a ciência, depois de criada, torna-se universal, mas, sendo produto histórico, nasce sempre em determinada área, surge em resposta a indagações que afligem a consciência de grupos sociais definidos, e por isso é particular na sua gênese. A menos que o país subdesenvolvido se resigne a renunciar à criação da ciência, aceitando a posição definitiva da vassalagem pedagógica, faz-se imperioso que seus cientistas compreendam que lhes compete não apenas saber a ciência criada, mas saber como criá-la. A ciência torna-se universal ao descobrir propriedades da realidade exterior acessíveis a todos os homens, ou ao pensar em termos universais os temas que preocupam a determinados indivíduos, sempre colocados em situação existencial definida. A universalidade real da ciência depois de produzida, compendiada e exposta didaticamente, pode levar o espírito menos avisado a esquecer a particularidade de sua produção, que é sempre feita por alguém, pertencente a uma sociedade em certo grau de adiantamento, que se defronta com desafios específicos. A superação da alienação internacional do trabalho científico tem de ser obra de pesquisadores e pensadores, das áreas subdesenvolvidas, quando conseguirem alcançar um nível de capacitação crítica, que os faça participarivamente do processo social e político da sua realidade e, a partir desta, e em função desta, se voltarem para a totalidade da realidade circunstante. Enquanto acreditarem que lhes cumpre por imitação absorver, repetir o que os mais adiantados fizeram, não conseguirão senão correr atrás deles, não passarão de eternos aprendizes, serão sempre obedientes ao que recebam a título de prescrições, e jamais alcançarão a etapa da criação autêntica, que, no terreno científico, como no artístico e no do pensamento em geral, só pode ser obra da consciência autônoma.

A conversão da consciência do pesquisador do país subdesenvolvido a sua realidade marca o momento inicial do processo de desalienação da ciência e da possibilidade de criação autônoma, aquela em que o conhecimento desempenha seu verdadeiro papel de transposição da realidade em idéias capazes, por sua vez, de transformar a realidade. Para isso, claro está que se faz necessária a mudança do sistema de apropriação dos produtos científicos, sejam idéias sejam bens de consumo. En-

quanto o cientista, consciente ou irrefletidamente, trabalhar como funcionário de uma parte apenas da sociedade, aquela que dispõe de força política e dos recursos e econômicos para empresá-lo, sua capacidade criadora será limitada por esta vinculação, a qual, mesmo sem disso ter noção, lhe põe irretorquível tendenciosidade em **seu** pensamento. Só" conquistara a completa liberdade de representar a realidade quando o fizer partindo do fundamento que é a totalidade da sua condição existencial, no caso, a vida do povo, com todas as opressões, deficiências e ignorância que o afetam. Enquanto pensar que seu trabalho tem por fim equipará-lo individualmente aos cientistas das áreas metropolitanas, sucumbirá à alienação cultural. Realizará, possivelmente, alguma obra útil no detalhe, mas não contribuirá para resolver a situação global que gera o subdesenvolvimento e a alienação que o aprisionara. Deverá compreender que sua obra não tem por finalidade igualá-lo em pessoa aos luminários da ciência metropolitana, mas igualar o seu país, o seu povo, aos mais adiantados culturalmente. O "para si" do trabalho científico do país pobre não deve ser entendido em sentido pessoal mas coletivo, social: refere-se à independência do país. A ciência do pesquisador alienado poderá ser relativamente valiosa e dar-lhe merecido renome pessoal, mas não se constitui direta e intencionalmente em fator de transformação da realidade nacional. Apenas indiretamente contribuirá para isso, e por efeitos tópicos, enquanto de fato, pela consciência alienada, estará, sem o querer, prolongando o processo de dominação, responsável pelo atraso de que ele próprio, como cientista e todo o seu povo, enquanto massa condenada à privação da cultura superior, são vítimas.

(VIEIRA PINTO, Ciência e Existência, RJ, Paz e Terra, 1979, 296-298)

A V A L I A Ç A O

Escolha três (03) dos pensadores estudados na Unida-de
Verdade e Poder e aponte as semelhanças e diferen ças
nas situações por eles vividas, comparando-as .

Bibliografia Especifica

Bibliografia Específica

a) Para o estudo de PLATÃO, AGOSTINHO, DESCARTES, LOCKE (Unidade Temática I); PLATÃO, TOMÁS DE AQUINO, BACON, KANT (Unidade Temática II) e ARISTÓTELES, GIORDANO BRUNO, COMTE (Unidade Temática III), deve-se, sem dúvida, consultar os respectivos volumes sobre esses autores na Coleção Os Pensadores da Abril Cultural (veja comentário na Bibliografia Geral), Em cada um desses volumes há sempre uma introdução, chamada Vida e Obra, que responde muito satisfatoriamente sobre o contexto histórico e as principais idéias desses pensadores.

b) Para um aprofundamento dos pensadores acima citados, vale a pena recorrer à coleção de CHÂTELET, François. História da Filosofia: idéias e doutrinas, 8 vols., Rio de Janeiro, Zahar, 1973 -1974. Veja-se PLATÃO e ARISTÓTELES no volume 1 (A Filosofia Pagã); AGOSTINHO e TOMÁS DE AQUINO no volume 2 (A Filosofia Medieval); GIORDANO BRUNO e DESCARTES no volume 3 (A Filosofia do Mundo Novo); LOCKE e KANT no volume 4 (O Iluminismo); KANT (mais completo) e COMTE no volume 5 (A Filosofia e a História).

c) Para uma rápida abordagem de BAKUNIN (Unidade Temática III), veja-se o comentário de Wanda BANNOUR no volume 5 (A Filosofia e a História) do livro de CHÂTELET acima indicado.

d) Para um estudo sobre BARTHES (Unidade Temática I), a bibliografia livresco não é muito acessível, por ser um pensador recente. De qualquer forma, há uma abordagem muito " carinhosa " e válida no posfácio feito pela Profa. Leyla Perrone-Moisés no livro de BARTHES, Roland. A Aula, São Paulo, Cultrix, 1980.

e) Para saber um pouco sobre Álvaro VIEIRA PINTO, o mais indicado é ler a obra da qual foi retirado o fragmento dele) na Unidade Temática III; recentemente falecido, o registro mais completo sobre ele encontra-se em uma entrevista que deu ao Prof. Dermeval Saviani e que está inserida no livro VIEIRA PINTO, Álvaro. Sete Lições sobre Educação de Adultos, São Paulo, Cor tez/Autores Associados, 1982.

f) O pensador brasileiro Hilton JAPIASSU (Unidade Temática II) encontra-se ensinando na PUC-RJ e dedica-se a estudos de Filosofia da Ciência; além da sua obra citada ao pé do fragmento, e muito bom seu livro JAPIASSU, H. Nascimento e Morte das Ciências Iluminas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

g) Não faremos indicação de livros de História Geral ; cada professor, sem dúvida, tem acesso a muitos deles na sua prática

B I B L I O G R A F I A G E R A L

Bibliografia Geral

A principal fonte de consulta sobre a vida e obra de quase todos os mais importantes e significativos pensadores identificados tem sido a Coleção Os Pensadores, da Editora Abril Cultural de São Paulo, já em sua 4ª edição (agora pela Nova Cultural acompanhada de fascículos que traduzem a obra espanhola História dos Pensamento , completada por artigos de filósofos brasileiros). Além de uma seleção de textos fundamentais dos pensadores, em traduções que se sempre muito boas, as informações adicionais, as introduções, rodapés e bio-bibliografias, são valiosíssimas para um estudo da história do pensamento calcado na história social e política.

1. ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência, São Paulo, Brasiliense, 1981.
2. BOCHENSKI, J.M. A Filosofia Contemporânea Ocidental, São Paulo , EDUSP", "-19 80; :'.
3. BOEHNER, Philotheus e GILSON, Etienne. História da Filosofia Cristã, Petrópolis, Vozes, 1970.
4. BRÉHIER, Émile. História da Filosofia, São Paulo, Mestre Jou, 1977-1981.
5. CHATELET, François. História da Filosofia: idéias e doutrinas, 8 vols., Rio de Janeiro, Zahar, 1973-1974.
6. CHAU, Marilena et alii. Primeira Filosofia, São Paulo, Brasiliense, 1984.
7. DELEUZE, G. Para ler Kant, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
8. FERRATER MORA, José. Dicionário de Filosofia abreviado, Don Quixote, 1982.
9. KNELLER, G.F. A Ciência como Atividade Humana, Rio de Janeiro / São Paulo,- Zahar/EDUSP, 1980.
10. LEBRUN, Gerard. O que é Poder, São Paulo, Brasiliense, 1979, (Col. Primeiros Passos).

11. LOSEE, John. Introdução Histórica à Filosofia da Ciência, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1979.
12. MARÍAS, Julian. Introdução à Filosofia, São Paulo, Duas Cidades, 1960.
13. MORENTE, Manuel -cia. Fundamentos de Filosofia, São Paulo, Mestre Jou, 1966.
14. SCRUTON, Roger. Introdução à Filosofia Moderna, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
15. STEGMÜLLER, W. A Filosofia Contemporânea, 2 vols., São Paulo, EPU/EDUSP, 1977.
16. VERNANT, Jean-Pierre. Mito e Pensamento entre os Gregos, São Paulo; DIFEL, 1973.